

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

**O COTIDIANO DO SER ADOLESCENTE QUE CUMPRE
MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: DESVELANDO
POSSIBILIDADES ASSISTENCIAIS DE ENFERMAGEM**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DILCE REJANE PERES DO CARMO

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

**O COTIDIANO DO SER ADOLESCENTE QUE CUMPRE
MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: DESVELANDO
POSSIBILIDADES ASSISTENCIAIS DE ENFERMAGEM**

por

Dilce Rejane Peres do Carmo

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Enfermagem, área de concentração Cuidado, Educação e Trabalho em Enfermagem e Saúde, linha de pesquisa: cuidado e educação em enfermagem e saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Enfermagem**

Orientadora: Profa. Dra. Stela Maris de Mello Padoin

Santa Maria, RS, Brasil

2010

C287c Carmo, Dilce Rejane Peres do

O cotidiano do ser adolescente que cumpre medida socioeducativa:
desvelando possibilidades assistenciais de enfermagem / por Dilce
Rejane Peres do Carmo. – Santa Maria, 2010.
82 f. ; 30 cm.

Orientadora: Stela Maris de Mello Padoin

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria,
Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em
Enfermagem, RS, 2010.

1. Enfermagem 2. Assistência à adolescentes 3. Medidas
socioeducativas I. Padoin, Stela Maris de Mello II. Título.

CDU 616-083

**Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Centro de Ciências da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

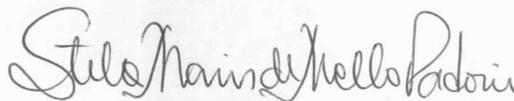
**O COTIDIANO DO SER ADOLESCENTE QUE CUMPRE A MEDIDA
SÓCIOEDUCATIVA: DESVELANDO POSSIBILIDADES
ASSISTENCIAIS DE ENFERMAGEM**

Elaborada por

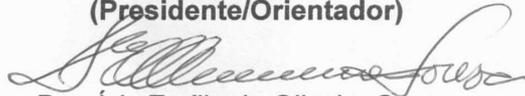
Dilce Rejane Peres do Carmo

**Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Enfermagem**

COMISSÃO EXAMINADORA:



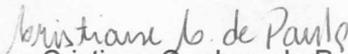
Dra. Stela Maris de Mello Padoin
(Presidente/Orientador)



Dra. Ivis Emília de Oliveira Souza
**(Universidade Federal do Rio de Janeiro)
1º Examinador**



Dra. Eliane Tatsch Neves
**(Universidade Federal de Santa Maria)
2º Examinador**



Dra. Cristiane Cardoso de Paula
**(Universidade Federal de Santa Maria)
Suplente**

Santa Maria, 08 de janeiro de 2010.

AGRADECIMENTO

À vida, regida por uma energia maior que me possibilita oportunidades únicas, e a fé que me leva a “ver” as possibilidades como pontes a se chegar a um destino, basta crer para atravessá-las.

Ao meu pai José Alan Kardec Peres (*in memoriam*), minha mãe Nilda dos Santos Peres e meus amados irmãos: Renã, Rogério, Dalva e Dulvia, família que se revela necessária durante o caminho percorrido.

Ao meu amor, amigo, companheiro, cúmplice e confidente, a nossa história de parceria me deu a força necessária para me lançar nesta trajetória: Cléo, pai dos nossos filhos, Cléo Filho e Manuela seres amados que são responsáveis por minha vivência e parte de minha experiência no tema do estudo, hoje adultos construindo sua própria história se mostraram seres de possibilidades no mundo, justificando minha crença no Humano em todas as suas fazes de desenvolvimento.

A Fundação de Atendimento Socioeducativo - FASE e Faculdade Integrada de Santa Maria - FISMA, instituições formadas por pessoas que me acolheram, oferecendo as oportunidades para o meu crescimento profissional e pessoal. Na FASE, destaco a Direção da unidade de Semiliberdade que autorizou as entrevistas, investindo na produção de conhecimento acerca desse ser adolescente que cumpre a mediada socioeducativa e os adolescentes depoentes da pesquisa que me permitiram a aproximação, tornando possível essa produção.

À Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, instituição de ensino na qual encontro suporte teórico e prático para minha qualificação permanente.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSM (PPGEnf), as quais mediaram essa conquista, especialmente a Professora Marlene Gomes Terra, ser humano especial que com seu abraço fraterno e olhar maternal acolheu e amenizou muitos momentos de angústia. A professora Elaine Tatsch Neves, por seu olhar atento e cuidadoso com a qualidade da pesquisa.

À professora Cristiane Cardoso de Paula que na sua maturidade revelada em curto tempo cronológico conseguiu compreender minha ansiedade, deixando que o tempo fenomenológico agisse sobre mim.

À professora Dra Ívis Emilia de Oliveira Souza, da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), por sua disponibilidade

de vir te tão longe compartilhar conhecimento, dando-me o prazer de tê-la hoje em minha rede de afetos.

Ao professor enfermeiro Diego Schaurich, colega e amigo que não economizou carinho e atenção para me orientar o caminho.

À Zeli, secretária do PPGEnf/UFSM pela atenção e disposição carinhosa nos encaminhamento que foram necessários para conclusão desse processo.

À Andressa Guimarães Machado, querida orientada de trabalho de conclusão de curso de graduação em Enfermagem, da UFSM, que me presenteou pelo convite e mais ainda por incluí-la em minha vida como colega e amiga.

Aos membros do Grupo de pesquisa Cuidado à saúde das pessoas, famílias e sociedade – PEFAS, pela oportunidade de dividir a construção dessa produção. Destacando-se os/as colegas que se envolveram de maneira mais direta: Tassiane Langendorf, Maressa de Marchi, Soraia Romera Machiesqui, Caroline Sissy Tronco, Marcelo Ribeiro Primeira, Lidiane Tolentino, Érica Eberlline dos Santos e João Rezer.

À Aline Cammarano Ribeiro, amiga que se revelou no processo um ser que já fazia parte da minha historicidade carinho e delicadeza no falar e agir a definem como ela se mostra em seu ser-em-si. Solicita e presente sempre me respondeu ao meu chamado.

Em especial a professora Stela Maris, por me acolher desde muito antes, quando comecei a questionar o meu ser profissional até então absorvido pela assistência. Desde então tem sido minha luz na busca do conhecimento. Ancorada em sua sabedoria encontro segurança no caminho que exige empenho disciplina e orientação. Acolheu-me por vezes em seu lar junto a sua família, revelou o humano que impregna esse espaço de estudo amizade e confraternização. Sendo uma presença fundamental nessa conclusa que não se finda, mas sim abre-se para novas possibilidades.

Encerro esse momento com a sensação que me esqueci de alguém, de igual importância a todos/as aqui citados/as. Se o fiz não se sinta esquecido/a apenas perdoe esse ser.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
Universidade Federal de Santa Maria

O COTIDIANO DO SER ADOLESCENTE QUE CUMPRE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: DESVELANDO POSSIBILIDADES ASSISTENCIAIS DE ENFERMAGEM

AUTORA: DILCE REJANE PERES DO CARMO
ORIENTADORA: STELA MARIS DE MELLO PADOIN
Local e Data da Defesa: Santa Maria, 08 de Janeiro de 2010.

A pesquisa foi desenvolvida na abordagem fenomenológica a partir do pensamento de Martin Heidegger, com o objetivo de compreender o cotidiano do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade. O cenário da pesquisa foi uma unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo, no Rio Grande do Sul. Deu-se início após a autorização pela Fundação e a aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria. Para produção dos dados, a entrevista fenomenológica foi desenvolvida com nove adolescentes institucionalizados, no período de fevereiro a maio de 2009. Na análise compreensiva, os resultados apontaram que vivenciar a medida socioeducativa significa para o adolescente uma prisão, algo ruim que ele tem que pagar, re-conhece que errou. Sabe que não está no sistema penitenciário por conta da idade e re-conhece que jogou fora sua adolescência. Na instituição vai à escola para aprender algo, para arrumar algum trabalho. Enfrenta dificuldades de conviver com rivais de rua, com a autoridade dos agentes institucionais e as desigualdades do sistema. Valoriza a família, pai, mãe, irmãos, prima, tia, tio, filho e namorada, a semiliberdade proporciona essa possibilidade. Na análise interpretativa, no cotidiano o ser-adolescente se mostrou em-meio ao sistema socioeducativo, re-velando modos de ser, que exprime uma impessoalidade. Absorvido pela rotina do sistema se mantém na ocupação, mostra que está-lançado naquilo que está determinado e no qual ele permanece. Indica empenho na convivência, que constitui um modo especial de ser-no-mundo, em que é totalmente absorvido pelo mundo e pela co-presença dos outros no impessoal. Na ocupação e na decadência mostra que precisa de ajuda da enfermagem e do sistema socioeducativo mediado pelo trabalho transdisciplinar e pelo fortalecimento de uma rede de apoio social, com vistas à sua reinserção mediada pela co-responsabilidade da família, comunidade e Estado. Traz à luz um cuidado que possibilita a recuperação da escolha, que devolve a singularidade de ser.

Palavras-chave: Saúde do Adolescente, Adolescente institucionalizado, Enfermagem, Filosofia.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Post-graduation Program in Nursing
Universidade Federal de Santa Maria

The Daily Experience of the Adolescent-Being Who Is Under Socioeducative Measure: Unveiling Assistential Nursing Possibilities

MASTER CANDIDATE: DILCE REJANE PERES DO CARMO
ADVISOR: STELA MARIS DE MELLO PADOIN
Place and presentation date: Santa Maria, January, 08 2010.

This research was developed in a phenomenological approach through Martin Heidegger's line of thinking, aiming to understand the adolescent-being life experience while captive in the Semi-Freedom Socioeducational Attention Center. The scenario of this research is the Socioeducational Attention Foundation, in Santa Maria, RS, Brazil. It began after it was authorized by the Foundation and the Universidade Federal de Santa Maria Ethics Committee. For the data production a phenomenological interview was applied to nine institutionalized teenagers. Through a comprehensive analysis the results show that living under the socioeducative measure means for the teenager a prison, something bad and that he must pay for his deeds. He recognizes that he has done wrong. He knows that he is not in the penitentiary system because of his age and he recognizes that he has lost his teenagehood. In the institution he goes to school to learn something, to get a job. He has trouble living among his street rivals and dealing with the institutional agents' authority and in an unequal system. He valorizes his family, father, mother, brothers, cousins, uncles, son and girlfriend, which his half-freedom allows him to have. In the interpretative analysis, the adolescent-being day-by-day amidst the socioeducative measure reveals ways to be, which expresses impersonality. Absorbed by the system's routine he keeps busy, and shows that he is thrown in that which is determined and where he belongs. It implies an effort on living among others, which constitutes a special way of being in the world, which is totally absorbed by the world and by the presence of the others in the impersonal. In keeping occupied and in decadence he shows that he needs help from the nursing and the socioeducative measure through the transdisciplinary work and by the strengthening of a social network support, aiming his re-insertion through the co-responsibility of his family, community and State. It brings to light a care that makes possible the recovery of the choice, that can give back the singularity of being.

Key-words: Adolescent Health, institutionalized teenagers, nursing, philosophy.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: <i>Historiografia</i> do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade	41
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 A adolescência e as situações de riscos	16
2.2 Implicações legais para adolescentes infratores	22
2.3 Limites e possibilidades no cumprimento de medidas socioeducativas.....	26
3 REFERENCIAL TEÓRICO-FILOSÓFICO.....	32
4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	35
4.1 Tipo de Estudo	35
4.2 Cenário do estudo	35
4.3 Aspectos éticos e legais da pesquisa	36
4.4 Os sujeitos da pesquisa e a etapa de campo	37
4.5 Análise e interpretação.....	42
5 ANÁLISE COMPREENSIVA	44
6 ANÁLISE INTERPRETATIVA	55
6.1 O cotidiano do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa.....	56
a) A ocupação do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa.....	58
b) A decadência do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa.....	60
c) O ser-ai-com do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa.....	65
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Responsável pela Instituição	76
ANEXO B - Termo de Assentimento.....	78
ANEXO C - Termo de Confidencialidade	81
ANEXO D - Autorização para o estudo	82

1 INTRODUÇÃO

Ainda em minha Graduação na Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM), no Município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (RS), iniciei junto-aos-adolescentes ações educativas na promoção da saúde em escolas, os quais passam a ser parte de minha historicidade. Em 1997, ao finalizar o curso de graduação, apresentei a monografia intitulada projeto “Borboleta, Educação e Saúde do Adolescente”, sendo a primeira oportunidade de estar-com o adolescente em sua singularidade mais própria.

Assim, a aproximação do fenômeno da investigação começa no vivido acadêmico, que, de alguma forma, serviu para experienciar e seguir em meu vivido profissional e concorrer a uma vaga para Enfermeiro da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – FASE/RS. Essa instituição que, desde seu reordenamento, definido em 2000, deverá prestar atenção ao adolescente em conflito com a lei, propõe-se a responder à proposta de transformação, comprometendo-se a dar conta das execuções de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade determinadas pelo Juizado da Infância e Juventude, com relação aos adolescentes com idades entre 12 e 21 anos (PEMSEIS, 2000).

Para tanto, foram reestruturados os Centros de Atendimento Sócio-Educativos (CASE), instalados nos polos regionais, no RS: Porto Alegre, Pelotas, Caxias do Sul, Santo Ângelo, Uruguaiana, Novo Hamburgo, Passo Fundo e Santa Maria. Essas são unidades de internação, com capacidade para 40 adolescentes. Apenas nos Municípios de Caxias do Sul e de Santa Maria têm-se os Centros de Atendimento Sócio-Educativos de Semiliberdade (CASEMI), esses com capacidade para 15 adolescentes. Ambos recebem adolescentes de 19 municípios da região.

No concurso público para Enfermeiro FASE/RS, fui selecionada, em 1998, em quinto lugar. Em menos de seis meses, após quatro colegas experienciarem a realidade do sistema socioeducativo, recebi o chamado e lá estou há mais de doze anos. Esse convívio com o adolescente infrator mostrou a possibilidade de estar-com de ser que sempre já foi e que sendo no mundo sempre é (HEIDEGGER, 2008).

Essa vaga compreensão do mundo da vida do adolescente, gerada pelo estudo na graduação e experienciada no vivido profissional, levou-me à busca pela

compreensão ainda obscura desse ser do adolescente.

Nesse mundo do sistema socioeducativo, no encontro com adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, a ocupação com o cuidado é recíproca entre quem cuida e quem é cuidado, o que possibilitou trocas.

Prestar a Assistência de Enfermagem no CASE/SM proporcionou a aproximação com esse adolescente. Promover o estar-com esse adolescente passou a ser um modo de cuidado, pois conviver em-meio e com-eles passou a facilitar sua adaptação ao convívio da privação de liberdade. A vivência no sistema socioeducativo absorve o ser que eu sou, e então, compreender o mundo dos adolescentes que também é meu tem colaborado para meu desenvolvimento técnico-científico, proporcionando-me aprofundar na compreensão do cuidado como ciência e possibilidade de encontro.

A partir dessa reflexão, buscar um referencial teórico tornou-se necessário para fundamentar um cuidado humanizado. Assim, o olhar filosófico-existencialista da Teoria Humanística de Paterson e Zderad (1979) revelou-se, para a consulta de Enfermagem, um modelo para atender as necessidades experienciadas e vividas pelo ser do adolescente e do enfermeiro nesse cenário.

Alicerçada nessas concepções, encontrei a razão para desenvolver, em 2000, o Curso de Especialização em Projetos Assistenciais, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), instrumentalizando-me para o estar-com o ser-adolescente que cumpria medida socioeducativa de internação no CASE/SM.

Ao utilizar tal referencial teórico, que contempla questões ancoradas no pensamento heideggeriano, foi necessário reavaliar conceitos pré-concebidos, relacionados ao estigma da exclusão social que os permeia. Para isso, busquei o autoconhecimento. Destaco a reflexão sobre o conceito de cuidado, até então vislumbrado como um conjunto de ações que buscavam promover a saúde, numa perspectiva saúde/doença tão somente. A partir desse momento, o cuidado apresentou-se como processo de poder-ser-no-mundo aberto as possibilidades.

A Enfermagem Humanística revelou-se como um modelo teórico-prático que propiciou vislumbrar o ser que necessita de cuidado como um ser que está no mundo-com-os-outros em certo tempo e espaço, sendo único e singular em sua vivência, revelando-se no em-meio e junto-aos-outros, contrapondo-se ao paradigma cartesiano dominante na área da saúde (PATERSON; ZDERAD, 1979). Assim, compreendi o estar-com o ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa uma

oportunidade de responder ao seu chamado silencioso de ajuda, criando com-ele meios de buscar as possibilidades de poder-ser, mesmo estando lançado em sistema fechado que consegue absorvê-lo de tal forma a impedi-lo, por vezes, de realizar escolhas.

Diante das possibilidades deste estudo, desenvolvi a Sistematização da Consulta de Enfermagem, a qual se tornou uma ação socioeducativa de Enfermagem em unidades da FASE do RS (CARMO, 2001). Essa parte das ações foi desenvolvida na área da saúde de tais instituições.

Durante a experiência de desenvolver as consultas de enfermagem na unidade, compartilhei, cotidianamente, angústias, medos, dúvidas e esperanças vividas por esses adolescentes. Esse compartilhar gerou uma série de questionamentos e inquietações acerca desse ser do adolescente que está infrator e do papel do enfermeiro que está inserido nesse cenário para cuidar desses adolescentes que cometeram atos infracionais e estão cumprindo medida socioeducativa de internação ou semiliberdade.

Conforme Assis e Constantino (2005) são econômicas, culturais, políticas e psicológicas as causas que revelam a fragilidade da infância e da juventude no panorama mundial. Criticam o tipo de atenção dispensada pelos estados nacionais nessa questão, sugerindo que a prevenção deveria ser o norte das políticas públicas de estados nacionais.

O questionamento situa-se em um atual modelo de programa de prevenção com crianças, adolescentes e jovens, o qual alcança frequentemente aqueles que já estão infratores, dando ênfase à prevenção secundária e terciária. Nesse sentido, a UNICEF (2002) revela que, embora nos últimos anos tenha assistido no Brasil ao avanço de estudos e políticas direcionados para a infância e juventude vulnerabilizadas, ainda estamos longe de contar com um conhecimento adequado dos problemas e das alternativas para seu enfrentamento.

O adolescente aqui apresentado como aquele que cumpre medida socioeducativa é visto pela sociedade como um risco. Talvez ele tenha se excedido, tendo alcançado as consequências mais nocivas para-si e para-os-outros; no entanto, deixa-se de observar o quanto a sociedade poderá interferir em sua vida, excluindo-o e, por vezes, incitando-o ao uso e abuso de drogas, o que pode contribuir para a prática de delitos, que poderá levá-lo ao cumprimento da medida socioeducativa.

No Rio Grande do Sul, tem-se 1.158 adolescentes em medida socioeducativa de internação. Destes 43,3% estão em unidades do interior do Estado, 96,5% são do sexo masculino, 79,2% com idades entre 15 e 18 anos. No que se refere à escolaridade: 53,3% cursaram até 4º, 5º ou 6º série. Quanto ao tipo de atos infracionais praticados pela população atendida na FASE/RS destacam-se: roubo (48,7%), homicídio (12,5%) e tráfico de entorpecentes (10,4%). Em Santa Maria, a unidade de internação recebe 51,9% de adolescentes do próprio município e os demais são de outros municípios (FASE, 2009).

O programa de execução das medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pretendem contribuir para a sua responsabilização e devolver-lhe a capacidade de fazer suas escolhas a partir das suas possibilidades mais próprias (PEMSEIS, 2000).

A concepção descrita no PEMSEIS (2000) tem seu referencial nas Ciências Humanas e Sociais, que compreendem o ser humano em permanente desenvolvimento, que transforma a si e ao meio social, a partir das vivências compartilhadas com seus grupos de convívio e rede de relações.

Havendo conflito nessa rede de relações, é coerente, em uma sociedade organizada, buscarem-se meios legais, visto se tratar de ser adolescente sendo infrator que necessita de cuidados especiais. Para tanto, contamos com o ECA, que regulariza sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e que trata da proteção dos direitos e deveres da criança e do adolescente.

Para Paula (2008), esse olhar ao *ser do humano*, a partir do seu *existir* no mundo de seu vivido/experenciado (passado), de suas vivências/experiências (presente) e de seu *vir-a-ser* (futuro), demonstra o caráter fenomenológico de uma investigação, que busquei responder ao iniciar o Curso de Mestrado em Enfermagem, na UFSM.

Na produção de conhecimentos, encontra-se, na maioria, estudos com enfoque epidemiológico, relações de poder, processos políticos e de direitos humanos, cultural e jurídico, nas áreas de Psicologia, Psiquiatria, Clínica Médica, Educação, Sociologia, Antropologia, Serviço Social e Direito. Entre as produções, destacam-se os estudos de Soares (1996), Silva (2000), Maia (2006). O primeiro na área da enfermagem e os demais na educação, os quais desenvolvem uma abordagem filosófica e lançam um olhar na subjetividade.

Assim, a inquietação gerada pelo meu vivido aliada à lacuna da produção do conhecimento em Enfermagem mostra a relevância do tema, tendo como questão de pesquisa: **como é ser adolescente e estar cumprindo medida socioeducativa?**

Este estudo tem como objeto de pesquisa: **o vivido do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa.**

Dito isso, o objetivo deste estudo será: **compreender o cotidiano do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade.**

Nessa perspectiva, entende-se o adolescente como uma prioridade inscrita no ECA. No entanto, dar voz a esses adolescentes infratores e olhar para eles nessa sua singularidade, é a possibilidade mais próxima na compreensão do vivido do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade.

Vislumbra-se a possibilidade de a Enfermagem, como membro de uma equipe multiprofissional, aprimorar a assistência em unidades da FASE. No sentido de promover um desenvolvimento saudável, propor ações individuais e grupais com espaço dialógico, com vista à inclusão em sua família e na sociedade e, ainda, a prevenção de seu re/ingresso no sistema socioeducativo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção aponta a *posição prévia* a qual advém da *tradição* científica. A tradição entrega aquilo que chega até nós à obviedade. Essa transmissão ocorre de modo parcialmente genuíno, associada à repetição, travando o acesso às fontes originárias (HEIDEGGER, 2008; INWOOD, 2002). Aqui se trata do que já foi pensado e dito na instância dos fatos, a problemática da adolescência e as questões do adolescente infrator e o contexto do sistema socioeducativo.

2.1 A adolescência e as situações de riscos

A palavra adolescência surge no final do século XIII para monitorar os anos subsequentes à infância. Será a partir do século XVIII, mediante aos avanços da pedagogia, medicina e filosofia que os conceitos de adolescência e juventude se consolidam (VITALLE; MEDEIROS, 2008). O conceito de adolescência, desenvolvido no século XX implica reconhecer as necessidades e características biológicas, psicológicas e sociais.

Essa fase está agregada a diversos fatores que estão relacionados à história de vida dos adolescentes. Para Volpi (2004), existem inúmeras definições que foram evoluindo a partir da observação do comportamento físico e psicológico do adolescente, que caracterizava o período como a explosão de hormônios, das tensões e conflitos para afirmação da identidade e a contradição com os valores do adulto. Essas definições configuravam em uma definição reducionista da adolescência.

Essa fase do desenvolvimento humano apresenta transformações associadas a dúvidas e as ansiedades. Esse período é caracterizado por descobertas de si e do meio em que se vive. O adolescente transita da fase infantil, na qual há dependência de seus familiares com autonomia parcial, para uma fase que procura independência e identificação de si em suas ações cotidianas (ERIKSON, 1998).

Mais que um marco cronológico, a entrada na adolescência representa uma fase que inclui mudanças, expectativas e múltiplas oportunidades. Portanto, o debate em torno da discussão conceitual terá relevância à medida que for possível avançar no conhecimento e na articulação entre tantos fatores em questão.

Para Ramos (2001), a partir do momento em que a sociedade moderna passou a reconhecer a adolescência como parte da vida humana, tornou-se possível a sua compreensão, simbolização e representação, sendo reconhecida como fenômeno individual e social.

Torna-se evidente, então, a necessidade de que, especialmente nesse momento, lhes seja oferecido algum suporte para o fortalecimento das suas capacidades humanas, contribuindo para um desenvolvimento saudável apesar da fragilidade dos laços sociais por eles vividos.

O Ministério da Saúde, por meio do Serviço de Assistência à Saúde do Adolescente, compreende a adolescência como uma etapa evolutiva peculiar ao ser humano que não pode ser considerada meramente uma etapa da transição entre a infância e a idade adulta, pois é nessa fase que culmina o processo da maturação biopsicossocial do indivíduo. Defende que não se podem estudar separadamente os aspectos biológicos, psicológicos, sociais ou culturais do adolescente (BRASIL, 2007).

Para Erikson (1976), o desenvolvimento psicossocial do ser humano apresenta oito idades do homem, que os relaciona a uma série de atitudes básicas, como: tendências sintônicas e distônicas, forças psicossociais caracterizadas de acordo com os estágios respectivamente:

- I. Período de bebê – confiança básica *versus* desconfiança básica – Esperança;
- II. Infância inicial – autonomia *versus* vergonha e dúvida – Vontade;
- III. Idade de brincar – iniciativa *versus* culpa – Propósito;
- IV. Idade escolar – diligência *versus* inferioridade – Competência;
- V. Adolescência – identidade *versus* confusão de identidade – Fidelidade;
- VI. Idade adulta jovem – intimidade *versus* isolamento – Amor;
- VII. Idade adulta – generatividade *versus* estagnação – Cuidado;
- VIII. Velhice – integridade do ego *versus* desesperança – Sabedoria.

Nesta pesquisa, o objeto de estudo localiza a população a ser investigada no estágio V: a adolescência. Nesse estágio, acontece a transição da infância para a idade adulta, quando emerge atitude de fidelidade. É um processo com um nível mais elevado de executar a confiança, voltada para a confiança em si próprio, e ser merecedor de confiança e prometer a sua lealdade a alguma causa.

Para Erikson (1998), as questões de adolescência e da aprendizagem, serão mais demoradas nos anos finais da escola, incluído a faculdade. Para o autor podem ser vistas como uma moratória psicossocial, ou seja, quando ocorre a maturação sexual e cognitiva. O adolescente vivencia o exercício de experimentação de papéis na sociedade.

Assim, se vê imerso em novas situações, como: busca de si mesmo e da identidade adulta, tendência grupal, necessidade de intelectualizar e fantasiar (como mecanismos de defesa), crises religiosas, deslocação temporal, evolução da sexualidade e do autoerotismo, atitude social reivindicatória, contradições sucessivas, separação progressiva dos pais e constantes flutuações de humor (VITALLE; MEDEIROS, 2008).

Esse estágio de desenvolvimento é marcado por intensas mudanças, as quais ocasionam um somatório na variabilidade de experiências de vida e na demanda de diferentes ambientes, como a família, a escola e o grupo de pares (SILVA *et al*, 2001). Segundo alguns autores, a família é fundamental, desempenhando um papel de destaque na socialização do adolescente (SILVA; FARIAS; SILVARES, 2008).

Frente às oportunidades que a sociedade proporciona para seleção e comprometimento do adolescente no mundo, verifica-se a interação com os pares em grupos, modificando-se do lugar na família para a comunidade, ligando-se as questões sociais de modo que exerce sua força (PAULA, 2008).

Na experiência com os adolescentes que cumprem a medida socioeducativa, o que se percebe é o envolvimento desses com um grupo que, por vezes usa drogas e poderá também cometer outros delitos, mais ou menos graves.

Nesse contexto, indica-se a população de adolescentes como um grupo que se apresenta ainda mais vulnerável. O seu comportamento parte do percurso para a possibilidade de praticar o ato infracional. A socialização primária, a família tem como principal proposição de assegurar comportamentos normalizados pelo afeto e pela cultura. A qualidade do relacionamento familiar é um fator chave no encaminhamento do jovem para a delinquência (FEIJÓ; ASSIS, 2004; DELL'AGLIO; SANTOS; BORGES, 2004; PACHECO; HUTZ, 2009).

Branco, Wagner e Demarchi (2008) destacam a importância do resgate da figura paterna, defendendo que o comportamento antissocial, em qualquer membro da família, é mais provável se o pai é ausente ou não participativo, corroborando com Penso e Sudbrack (2004).

Tanto o comportamento pró-social quanto ao comportamento antissocial de uma criança, nas considerações de Pacheco e Hutz (2009), são diretamente influenciados pelas interações sociais, quando a família tem particular importância. Os comportamentos vão se modificando pelo seu próprio desenvolvimento aliado às exigências do ambiente. Os resultados desse estudo apontam, como tantos outros, para uma reconstrução sócio-político-econômica, dando ênfase à prevenção e ao tratamento das famílias. Talvez, com uma atenção adequada e eficaz junto aos adolescentes e seus familiares, se possa transformar realidades tristes e desesperançosas em oportunidades de vida.

Levando em conta as várias transformações biopsicossociais, Martins e Pillon (2008) consideram que, para melhor compreender essa temática, é preciso contextualizá-la como sendo um dos períodos mais importantes do desenvolvimento humano. As autoras alertam, ainda, que, além dessa mudança, um marco familiar também se desenvolve, caracterizando um período de risco em que podem ocorrer alterações da personalidade, o qual revela a fragilidade da infância e da juventude.

Tal fragilidade poderá ser percebida no uso de drogas nessa fase. No Brasil, o álcool e a maconha são as drogas mais usadas pelo adolescente, conforme considerações de Schenker e Minayo (2005). O uso precoce dessas substâncias psicotrópicas poderá conduzir a problemas graves de comportamento (MARTINS; PILLON, 2008). Ferigolo *et al.* (2004) evidenciam, em estudo transversal desenvolvido na FEBEM/RS, em Porto Alegre, que as drogas lícitas foram usadas mais precocemente que as ilícitas, que a prevalência de experimentação e uso de drogas entre crianças e adolescentes institucionalizadas é alta e precoce (entre 12 e 14 anos).

Concluem Heim e Andrade (2008), a partir de levantamento bibliográfico em base de dados (PubMed) nos últimos dez anos, que, tanto em pesquisas nacionais como as internacionais, a relação entre uso e abuso de álcool e de drogas ilícitas e delinquência é muito estreita.

Assim, é mantido o questionamento: afinal, o uso ou abuso de álcool e drogas ilícitas induzem ao comportamento criminoso ou, ao contrário, adolescentes com problemas de conduta têm maior probabilidade de utilizar droga, o que mantém e contribui para a escalada das atividades delinquentes?

Sobre isso a experiência no sistema socioeducativo levanta até hoje dúvidas, pois, ao conhecer a história de vida do adolescente, percebe-se que, na maior parte

das vezes, o uso de drogas parece ser a consequência de uma desestrutura socioambiental, porém, ao chegar ao sistema, seu comprometimento já está posto e o adolescente justifica, a partir do uso das drogas, seu envolvimento na prática dos delitos.

Outro estudo de levantamento bibliográfico buscou investigar as interpretações sociais e psicológicas da delinquência juvenil. Esse foi desenvolvido nas bases de dados Medline, Lilacs e PsycINFO, no período de 1995 a 2005. Laranjeira (2007) revela que, a partir da teorização da psicologia do desenvolvimento todos os adolescentes encontram-se em situação de risco para a delinquência. O mesmo autor traz ainda que, a situação de vulnerabilidade aliada às instabilidades socioeconômicas de muitos países latino-americanos tem gerado uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade.

Embora, em muitos casos, a violência esteja associada à pobreza, destaca-se que isso não pode ser determinante em sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades da cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos (UNICEF, 2002).

Ainda sobre a delinquência juvenil, buscando explicar a sua origem, Feijó e Assis (2004) consideraram fatores de risco e encontraram um modelo que reúne três níveis de conceitualização, quais sejam: o estrutural, o individual e o sociopsicológico. O nível estrutural atribui origem à delinquência, aos fatores sociais integrados aos fatores situacionais e pessoas. Já o nível individual trata da teoria que considera os mecanismos internos do indivíduo como os determinantes do comportamento infrator, tanto nos seus aspectos biológicos, quanto nos psicológicos. O nível sociopsicológico refere-se à quebra de vínculos sociais do jovem com a família, escola, igreja e demais instituições responsáveis pelo controle social, à autoestima e à influência de grupos de jovens sobre o comportamento do infrator. Trata da família com destaque, relacionando-a como fator de risco ou de proteção para a infração.

A vulnerabilidade social é o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se

traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (FILGUEIRA, 2001, p. 13).

Abordar a questão do uso de drogas levando em consideração o conceito de vulnerabilidade possibilita novas perspectivas, porém exige uma reflexão a partir de uma perspectiva biopsicossocial, visto que uma abordagem unidimensional não é mais suficiente. A maioria dos adolescentes que cometeram atos infracionais são usuários de um ou mais tipos de drogas (PEMSEIS, 2000), e a abstinência pode gerar comportamentos por vezes auto ou heteroagressivos. Assim, tal abordagem se faz indispensável.

Concordo com Bucher (1992 apud MacRae 2001, p.25) quando afirma que “não existe droga *a priori*, uma vez que são a atividade simbólica e o conjunto das motivações no consumidor que transformam uma substância psicotrópica em droga”, levando à sua integração de maneira estável na estrutura motivacional do consumidor. Faz-se necessário, no momento atual, destacar um tipo de droga que vem mobilizando a sociedade em geral, visto seu poder de devastação da vida humana, o crack. Seu uso já é considerado de proporções epidêmicas pelas autoridades da saúde.

Nesse contexto, Guimarães et al (2008) revelam que o crack tem um poder infinitamente maior que as outras drogas de gerar dependência. Ao prazer intenso e efêmero, segue-se a urgência da repetição. Além de se tornarem alvo de doenças pulmonares e circulatórias que podem levar à morte, os usuários se expõem à violência e a situações de perigo que também podem matá-lo.

No que se refere à violência urbana, a qual é destacada como um dos principais problemas sociais no Brasil a exigir ações inter-setoriais e multiprofissionais para sua prevenção (PHEBO; MOURA, 2005; GARBARINO, 2009), refere-se uma combinação de dificuldades precisas de relacionamentos na família e na sociedade.

O usuário aqui apresentado como o adolescente que cumpre medida socioeducativa é visto pela sociedade como um risco. Talvez ele tenha se excedido, tendo alcançado as consequências mais nocivas para-si e para-os-outros; porém, deixa-se de observar o quanto a “sociedade” interfere em sua vida, excluindo-o e, por vezes, incitando-o ao uso e abuso de drogas, o que pode contribuir para a prática de delitos. O programa de execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberade (PEMSEIS, 2000) pretende contribuir para a sua

responsabilização e devolver-lhe a capacidade de fazer suas escolhas a partir das suas possibilidades mais próprias.

2.2 Implicações legais para adolescentes infratores

Em 1902, Mello Mattos propõe um projeto de Proteção ao Menor que é transformado em lei no ano de 1926. É promulgado, em 12 de outubro de 1927, o primeiro Código de Menores, o qual transformou a criança vítima, infratora ou negligenciada numa única categoria arbitrária de menores abandonados (VOLPI; SARAIVA, 1998).

Especificamente no campo da infância e da adolescência, somente no Governo de Getúlio Vargas, em 1940, o Estado cria o Departamento Nacional da Criança, com o objetivo de coordenar, em âmbito nacional, as atividades de atenção à infância. Também com o objetivo de desenvolver atividades de amparo aos menores desvalidos e infratores é criado, em 1941, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). A característica desse serviço era considerar crianças e adolescentes pobres, potenciais marginais.

No ano de 1942, deu-se a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Inicialmente voltada à assistência dos filhos e esposas dos expedicionários da Força Expedicionária Brasileira, a qual passa a incorporar também a assistência à maternidade e à infância. Em 1944, já atuava em 1.556 municípios. Mantida, no início, pela parceria entre governo e empresários, a partir da década de 1950 passa a ser sustentada por verbas públicas oriundas dos recolhimentos sobre o salário dos trabalhadores.

Em 1979, foi promulgado o segundo Código de Menores, o qual revoga o Código de Menores Mello Mattos. O Código de 79 incorpora nova concepção assistencialista à população infanto-juvenil, as crianças e os adolescentes em condições de negligência, exploração, crueldade, discriminação e toda situação de risco, incluindo o ato infracional. Assim, eram mantidos todos numa mesma categoria de situação irregular (VOLPI; SARAIVA, 1998).

Foi somente a partir da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989, que crianças e adolescentes são promovidos à condição de sujeitos portadores de direitos e credores de uma política de proteção integral (ONU, 1989).

Essa mudança conceitual determinou uma mudança fundamental nos debates relativos ao tema. Provou a arbitrariedade, a inadequação e o autoritarismo da doutrina da situação irregular, superou os seus aspectos discriminatórios e estabeleceu novas bases. Assim, a infância e a adolescência devem ser pensadas na sua integridade e completude, convertendo-a no patrimônio mais importante da humanidade a ser preservado, protegido e desenvolvido a partir do que ele é, e não a partir do que ele não é, como rezava a antiga doutrina (VOLPI; SARAIVA, 1998).

No Brasil, com o advento da Constituição Federal em 1988, são formados os primeiros Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, considerados valiosos instrumentos de participação da Sociedade Civil na gestão do poder, ligados à questão do atendimento da criança e do adolescente.

Porém, foi em 1990, com o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), que se passa a considerar, pela primeira vez no Brasil, a criança e o adolescente, cidadãos de direito. Com a homologação da lei nº 8.069, de treze de julho de 1990 que dispõe sobre o ECA, os conselhos dos direitos são órgãos deliberativos de controle das ações em todos os níveis, assegurando a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis, federais, estaduais e municipais (ECA, 2005).

O ECA estabelece a doutrina da proteção integral, que tem por norte a Convenção das Nações Unidas para o Direito das Crianças. Saraiva (1999) refere que esses direitos constituem-se em direitos especiais e específicos, pela condição que a criança e o adolescente ostentam como pessoas em desenvolvimento. O mesmo autor alerta que, “na aplicação da doutrina da proteção integral no Brasil, o que se constata é que o país, o estado e a sociedade é que se encontram em situação irregular” (p.19). Revelado o descaso desses setores com a questão da criança e do adolescente, reforça-se, pois, a necessidade do envolvimento e do conhecimento do que rege o ECA.

Nos termos do Artigo 103 do ECA, define-se adolescente autor de ato infracional todo aquele de conduta descrita como crime ou contravenção penal. No entanto, Carmo (2001) refere ser essa uma condição pode ser temporária. Considera que a partir do cumprimento da medida socioeducativa, que foi determinada pelo juizado da Infância e da Juventude prescrito no ECA, o adolescente perde a condição de infrator e passa à condição natural de adolescente sendo-no-mundo-com. Ainda conforme Carmo (2001), “alguns estudos mostram que

os limites entre ser ou não ser autor de ato infracional são muito tênues, podendo ser ultrapassados a qualquer momento por qualquer jovem” (p.16).

No que se destina à prática do ato infracional, o ECA designa medidas socioeducativas a serem cumpridas pelo adolescente sendo infrator, quais sejam: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade, internação e remissão. Crianças e adolescentes são prioridades absolutas no Brasil, expressão que não é usada em nenhum outro dispositivo constitucional.

O ECA impôs à Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), que desde 1969, por meio da lei nº 5.747, de 17 de janeiro, executava, em âmbito estadual, a política nacional do bem-estar do menor, ditada pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a necessidade de reordenamento das suas funções, com vistas à adequação aos novos programas propostos pelo governo estadual.

Em 2000, o governo transferiu a área de proteção especial para a secretaria do trabalho, cidadania e assistência social, evidenciando o papel da FEBEM junto aos adolescentes autores de atos infracionais. Assim, a FEBEM foi substituída pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), a fim de responder ao reordenamento proposto, sendo seu papel a execução do Programa Estadual de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade (PEMSEIS, 2000).

A concepção descrita nesse programa tem seu referencial nas Ciências Humanas e Sociais, conta com dispositivos do ECA, o qual regulamenta a proteção integral dos direitos e deveres da criança e do adolescente. Assim, no art.3º:

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar os desenvolvimentos físicos, mentais, morais, espirituais e sociais, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, 2005).

Saraiva (1999) cita o ECA como um marco divisório extraordinário no trato da questão da infância e da juventude no Brasil. Pelo novo ideário norteador do sistema, todos aqueles com menos de 18 anos, independentemente de sua condição social, econômica ou familiar, são crianças (até doze anos incompletos) e

adolescentes (até dezoito anos incompletos), conforme o art. 2º do ECA, qualificando-se, assim, como sujeitos de direitos e obrigações.

A mesma Lei regulariza as entidades de atendimento, que são responsáveis pela sua manutenção e execução de programas de proteção socioeducativos a crianças e adolescentes, seja eles em orientação e apoio sociofamiliar, socioeducativo em meio aberto ou de internação. Destaca-se a contribuição oferecida por Carmo (2001) ao apresentar o conceito:

Ação sócio-educativa é toda aquela ação que incentive o adolescente a pensar a sua experiência de vida (reflexão) e que ofereça subsídios para formular uma proposta de vida, instrumentalizando-o para possibilidades futuras, desenvolvendo sua consciência cidadã (p.24).

A atualidade brasileira reflete, muitas vezes, uma contraposição do que a Constituição de 1988 prevê. Existe uma necessidade urgente de auxílio ao adolescente infrator. Para Volpi e Saraiva (1998, p. 40), “infrator é todo aquele de conduta descrita como crime ou contravenção penal”. As aplicações das Leis encontram êxito com uma equipe de orientadores sociais capacitados e apoio da família na promoção da sua reinserção social. A sociedade e o Estado devem comprometer-se plenamente com os adolescentes.

Saraiva (1999) apresenta como situação irregular uma sociedade que se omite da responsabilidade com suas crianças e adolescentes. Diz o autor: “O Estatuto da Criança e do Adolescente oferece uma resposta aos justos anseios por segurança da sociedade e, ao mesmo tempo, busca devolver a esta mesma sociedade pessoas capazes de exercer adequadamente seus direitos e deveres de cidadania” (p.120).

Assim, Saraiva (1999) comenta que há distinção entre criança e adolescente. Como distintas da vida humana, têm importância no Estatuto. Em geral, ambos gozam dos mesmos direitos fundamentais, reconhecendo-se sua condição especial de pessoas em desenvolvimento, direitos esses que, por vezes, desconhecem.

O tratamento de suas situações difere, como é lógico, quando incorrem em atos de conduta descritos como delitos ou contravenções pela lei penal. A criança infratora fica sujeita às medidas de proteção previstas no art. 101, que implicam em um tratamento a partir de sua própria família ou na comunidade.

O adolescente infrator, por sua vez, pode ser submetido a um tratamento mais rigoroso, como são as medidas socioeducativas do art.112, que podem implicar em restrição (semiliberdade) ou privação de liberdade (internação). Nesses casos, são asseguradas ao adolescente as garantias do devido processo legal detalhadas no art. 111¹ e 171².

O artigo 124 do ECA lista direitos assegurados aos adolescentes privados de liberdade, em consonância com todo o sistema processual. Já o art. 120³ do ECA lista direitos assegurados aos adolescentes em semiliberdade, em consonância com todo o sistema processual. A condição assegurada é a de sujeitos de direitos, os quais, na verdade, eram assegurados aos adultos há muito tempo, criando o que Emilio Garcia Mendes define como “uma revolução francesa nos direitos dos jovens com duzentos anos de atraso” (SARAIVA, 1999, p. 112).

Segundo Volpi e Saraiva (1998), os agentes envolvidos na operacionalização das medidas socioeducativas têm a missão de proteger, no sentido de garantir o conjunto de direitos e educar, oportunizando uma vida em sociedade.

2.3 Limites e possibilidades no cumprimento de medidas socioeducativas

Diante do adolescente que se encontra em desenvolvimento, sofrendo influências físicas e sociais, como violência, fome, discriminação e, também, em

¹ Título III – Da Prática de Ato Infracional – Capítulo III – Das Garantias Processuais – Art. 111. São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias: I – pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente; II – igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa; III – defesa técnica por advogado; IV – assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei; V – direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; VI – direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

² Título VI – Do Acesso à Justiça – Capítulo III – Dos Procedimentos – Seção V – Da Apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescente. Art. 171. O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

³ Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

conflito com a Lei, é necessária a criação de meios para transformar essa realidade. As Medidas Socioeducativas (MSE) pretendem promover meios para essa transformação, por meio da advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, regime de semiliberdade, internação e remição (PEMSEIS, 2000).

As MSE preconizadas pelo ECA (cap. IV) é uma proposta pedagógica que converge para as ideias de Freire (1996, p.102) de como “ensinar uma especificidade humana, dando ênfase ao respeito e à liberdade”. O mesmo autor diz que ensinar exige disponibilidade para o diálogo e que saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou construção.

Esse processo se dá a partir de um conjunto de ações que propiciem a educação formal, profissionalização, saúde, lazer e demais direitos assegurados legalmente. No Rio Grande do Sul, contamos com a FASE e seu programa de execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade (PEMSEIS) para cumprir esse papel.

Contudo, Costa (2005) mostra a incoerência do cotidiano do sistema socioeducativo com a doutrina da proteção integral, ao questionar a possibilidade de o sistema conseguir garantir a proteção integral às crianças e aos adolescentes, sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. O mesmo estudo revela uma equipe técnica caracterizada por ações pontuais, pouco eficazes no enfrentamento da realidade hostil e adoecedora. Conclui que tal atuação pouco contribui para a eficácia da proposta socioeducativa.

Francischini e Campos (2005), ao considerarem questões relacionadas a limites e (im)possibilidades no cumprimento de medidas socioeducativas, fazem referência às implicações relativas à estrutura física, formação de recursos humanos, ações educativas e trabalho transdisciplinar, com vistas à reinserção social.

Assim, mesmo a FASE, contando com o PEMSEIS, que teoricamente oferece as ações socioeducativas a fim de dar conta dos adolescentes em conflito com a lei, mesmo essa instituição apresenta dificuldades na execução do seu programa, ao ser deficiente na oferta das ações a que se propõe. Quanto a isso, Branco e Wagner (2009) concluem o quanto é importante que se implantem atividades educativas e laborais, pois estas tornariam os adolescentes mais cientes de seu papel social.

Possibilitar a execução do PEMSEIS nas unidades da FASE pode favorecer que o/a adolescente perceba suas possibilidades, tornando-se sujeito em sua historicidade. No entanto, o que Castro e Guareschi (2008) apresentam é a unanimidade da opinião de que medidas socioeducativas não são eficazes. No mesmo sentido, Costa (2005) traz um levantamento de como têm sido executadas as MSE de privação de liberdade no país.

Enfatizando as questões da incoerência do sistema com a doutrina (COSTA, 2005), acrescenta-se que, em alguns lugares, contempla-se o novo ordenamento e, em outros, são comprometidos pela superlotação que afeta a dignidade humana. De acordo com os estudos, meu vivido junto a uma das unidades de privação de liberdade da FASE demonstra a realidade levantada. Infelizmente, é real nessa unidade que a superlotação existe e tem prejudicado gravemente a qualidade dos atendimentos na execução das medidas. Costa (2005) revela que as ações socioeducativas, ainda hoje, seguem um enfoque correccional-repressivo, revelando a não assimilação da doutrina da proteção integral como novo paradigma do sistema socioeducativo.

Galvão, Costa e Camino (2005) referem-se ao conhecimento ou não dos Direitos Humanos, ou, ainda, à antítese dos Direitos Humanos com o desrespeito aos direitos do adolescente e aos deveres morais.

Dados da UNICEF (BRASIL, 2002) revelam que há atualmente, no País, uma lacuna nesse sentido, já que as políticas públicas têm dedicado pouca atenção a essa significativa parcela da população e não conseguiram ainda assegurar o atendimento com absoluta prioridade a crianças e adolescentes, assegurados tanto na Convenção sobre os Direitos da Criança aprovada em 1989, pela Assembléia das Nações Unidas, quanto na Constituição Federal e no próprio ECA, que se apresenta como um novo paradigma relacionado a essas questões.

As características e tendências ressaltadas anteriormente parecem apontar a paulatina implementação, nesse universo relativamente restrito de iniciativas, do novo paradigma de atendimento estabelecido pelo ECA. Esse documento representa um importante momento de consolidação de uma nova abordagem da questão da infância e da adolescência, baseada na garantia dos direitos, no estímulo à participação e no desenvolvimento de políticas públicas universais e de qualidade para todos.

Para o UNICEF (2002), um dos pontos de partida possíveis para políticas voltadas à adolescência implica a criação de oportunidades para as quais o adolescente possa canalizar positivamente toda sua energia, sua capacidade crítica e seu desejo de promover a justiça social. Para isso, o adolescente deve ser considerado para além de sua significativa representação no cenário demográfico do País. Deve ser apoiado em suas capacidades de sujeito transformador e de promotor de mudanças construtivas.

Antes de avançarmos na busca de uma interpretação mais substantiva, é preciso, contudo, recordarmos que a expressão “criança e adolescente em situação de risco social e pessoal”, introduzida com a implementação do ECA no País, sintetiza e expressa princípios, concepções e normas que devem ser traduzidos nos Programas para crianças e adolescentes em situação de risco, a complexidade do objeto e a dimensão institucional, espaços institucionais e implantados por agentes com perfis e naturezas os mais distintos.

Vale lembrar, ainda, que parece patente a influência do ECA no desenho e na gestão de tais programas, dada a valorização das ações locais, da desinstitucionalização no atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono e a criação de redes de apoio social nas parcerias para o desenvolvimento das atividades.

No entanto, Branco e Wagner (2009) apontam o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade, em estudo desenvolvido na FASE/RS. Isso converge com achados de Costa (2005), que destaca a necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo.

Nesse contexto, atualmente acontece um movimento que pretende contribuir com programas de atenção aos adolescentes em conflito com a lei, como o que apresenta a Portaria Interministerial 1.426/GM, de 14 de julho de 2004, que aprova as diretrizes para a implantação e implementação da atenção à saúde dos adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória. Propõe dar atenção a milhares de famílias pobres e em situação de vulnerabilidade, como uma resposta diante da urgência e magnitude dos problemas sociais (PEMSEIS, 2009).

Dessa forma, pode ser que se comece a compreender melhor essa realidade, a fim de minimizar o sofrimento dessas famílias que veem seus filhos trilharem os caminhos do sistema socioeducativo. Nesse caminho, também está a Portaria da

Secretaria de Atenção à Saúde nº 340/SAS/MS, que aprova e detalha as diretrizes e normas para a implantação e implementação, em âmbito nacional, da saúde integral a adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória, em unidades masculinas e femininas. Essa política pretende ser um marco na implementação da saúde integral dos adolescentes em conflito com a lei e define competências para o Ministério da Saúde, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e os Órgãos Gestores do Sistema Socioeducativo e estabelece os procedimentos necessários para a elaboração do Plano Operativo Estadual (PEMSEIS, 2009).

Para tanto, na Portaria nº 292/2005, o Secretário de Estado da Saúde e o Secretário de Estado da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social determinam a constituição de grupo de trabalho, com a participação de servidores de ambas as Secretarias. Esse grupo tem como objetivo a elaboração do Plano Operativo Estadual para a implantação e implementação da saúde integral a adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória, em unidades masculinas e femininas, em cumprimento aos termos das Portarias Interministerial nº 1.426/GM e Portaria SAS/MS nº340 (PEMSEIS, 2009).

Em consonância com o Programa de Assistência a Saúde do Adolescente (PROSAD), criado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 980/GM de 21/12/1989, estão as ações socioeducativas relacionadas também à área da saúde. Esse programa se fundamenta numa política de Promoção de Saúde, inserida nas diretrizes do Sistema Único de Saúde, garantidas pela Constituição Brasileira de 1988.

Tem-se ainda o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o qual se constitui em uma política pública de inclusão do adolescente em conflito com a lei. O direcionamento do SINASE tem como princípios e regras características de caráter jurídico, pedagógico, administrativo e político, com a responsabilidade da concretização de direitos básicos e sociais (SINASE, 2006). Sendo mais recente, prevê a articulação dos três níveis do governo e a co-responsabilidade da família, da comunidade e do Estado.

Nessa perspectiva, propõe a formação continuada dos operadores do sistema de garantia de direitos, a intersetorialidade e a articulação em rede, a definição das competências e responsabilidades nos três níveis de governo: co-financiamento,

construção de um sistema de informação e de monitoramento, participação dos Conselhos, definição das políticas públicas, controle social e mobilização das comunidades e da mídia.

Somadas a Política de Atenção Integral à Saúde Do Adolescente (BRASIL, 2005b; 2005c; 2006), constata-se a evolução das políticas públicas direcionadas a esse público tão necessitado, visto que a Constituição Brasileira e o próprio ECA estão pautados em um novo paradigma. No entanto, vislumbra-se a necessidade de enfrentamento das dificuldades pontuadas para sua plena implementação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO-FILOSÓFICO

O pensamento do filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) contextualiza-se a partir da envergadura das questões da problematização do sentido do ser. Essa questão, dentre outras pensadas pelo filósofo, encontra vazão numa hermenêutica ontológica existencial.

Martin Heidegger, apontado como um dos maiores pensadores do século XX, é o autor da obra "Ser e tempo" (*Sein und zeit*), considerada, segundo Silva *et al.* (2001), uma das quatro maiores obras de toda a história da humanidade. Essa obra foi escrita em 1927, época em que aflorava o movimento do existencialismo na Europa pós-guerra, que vivia um momento de intensa retomada dos questionamentos sobre a existência humana pelo pensamento filosófico.

Nesse sentido, Heidegger (2008) enumera uma série de características ontológicas da existência do homem. Uma das características ontológicas mais importantes da presença é a sua constituição enquanto ser-no-mundo (*in-der-Welt-sein*), ou seja, o traço fundamental da sua existência é o fato de ser-no-mundo-com-os-outros-e-com-as-coisas. O homem, conforme Moreira *et al.* (1999), não é um espectador passivo do mundo; pelo contrário, o homem está lançado no mundo e com ele interage, não estando preso à nenhuma situação, mas sempre aberto para se tornar algo novo. Essa possibilidade de se tornar algo novo Heidegger (2008) chama de poder-ser.

As entidades, nas palavras de Heidegger, sempre foram "apreendidas em seu ser como presença, são entendidas em referência a um determinado modo temporal, o "presente". ontologicamente, o entendimento tradicional da presença pode ser, ele mesmo, um obstáculo ao nosso entendimento da presença da tradição (RÉE, 2000).

Assim, Heidegger propõe uma *Destruction der Geschichte der Ontologie*: "destruir a história da ontologia" na tradução clássica. Destruir ou "desconstruir" a história da ontologia não é apagar o passado, mas, sim, recuperá-la, abrindo-se para as possibilidades, do por vir – uma filosofia futura que olhará adiante para seu passado e se regozijará em sua infindável novidade. Essa tradição, legado de um passado, da sua historicidade, pode ser interpretada também onticamente, podendo

ser o resultado passivo de uma tradição, um conglomerado de antigos tesouros culturais que fortuitamente nos foram entregues pelo passado.

Dessa forma, a presença é chamada a apropriar-se de si mesma, determina-se de uma possibilidade que ela é, sendo características constitutivas os modos possíveis de ser (HEIDEGGER, 2008).

Nesse sentido, o ser do homem, a presença, tem a estrutura ontológica de um *ser-no-mundo*, que se constitui essencialmente pelo *ser-com*. Este, por sua vez, determina existencialmente a pre-sença, mesmo quando um outro não é de fato, dado ou percebido (HEIDEGGER, 2008). Para Heidegger (2008), existir é exercer os modos de temporalização. O ser, nessa temporalidade e na relação com os outros seres, pode ter uma coexistência autêntica ou inautêntica. A vida inautêntica, segundo Barguil e Leite (2001), acontece com quem se deixa levar pelos valores correntes e dominantes da sociedade, acreditando que tudo já está decidido na vida de cada dia.

Moreira (2002) define a existência inautêntica como aquela em que o ser compreende o mundo em conformidade com a opinião comum, vivendo uma vida anônima e aceitando a tradição passivamente, sem contestá-la.

Torna-se importante colocar ainda uma última característica existencial da pre-sença e cuidado, que é manifestada concretamente por meio do cuidado. Para Heidegger (2008), a cura é o modo-de-ser essencial do humano, um fenômeno ontológico-existencial básico que possibilita a existência humana enquanto tal. A cura encontra-se no mundo sob duas formas de ser: a ocupação e a pre-ocupação.

A ocupação refere-se à relação da pre-sença com os seres simplesmente dados, ou seja, refere-se aos cuidados com as coisas do mundo. A pre-ocupação, por outro lado, está ligada ao cuidado com o outro, com o ser existente. A pre-ocupação oscila entre duas possibilidades extremas: o substituir e o antepor.

Na substituição dominadora, a pre-sença retira o cuidado do outro e tenta ocupar o seu lugar, assumindo o que deveria ser realizado por ele. No modo de anteposição libertadora, a pre-ocupação antepõe o outro em sua possibilidade existenciária de ser, não para lhe retirar o cuidado, e sim para devolvê-lo. Nesse processo, a pre-sença ajuda o outro a se tornar transparente em si mesmo e livre para a cura.

A essência do método fenomenológico de Heidegger repousa na compreensão e na interpretação das experiências vividas. A hermenêutica torna-se, portanto, um conceito fundamental na ontologia e constitui a base da investigação transcendental de Martin Heidegger (MOREIRA *et al.*, 1999).

Ao questionar o ente de uma presença, fundamentalmente o *quem* que estamos analisando é o nosso próprio. Heidegger mostra que “a entidade que temos a tarefa de analisar somos nós mesmos”. Com essa frase de abertura de *Ser e Tempo*, o autor aponta que temos de ter alguma percepção geral de nosso ambiente e de onde nele nos localizamos antes de podermos entender qualquer outra coisa. A partir dessa reflexão, o convívio junto ao adolescente que cumpre a medida socioeducativa levou-nos a compreender as estruturas de nosso “estar-no-mundo” em sua “cotidianidade mediana”.

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

4.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa em virtude da necessidade de adentrar o significativo mundo da subjetividade. A pesquisa qualitativa, de acordo com Martins e Bicudo (1994), busca uma compreensão particular daquilo que se está estudando, não se preocupa com generalizações, princípios e leis. O foco da atenção está centrado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação do fenômeno estudado.

Para Capalbo (1996), “é pela descrição e pela variação imaginária dos aspectos acidentais que se chega à essência ao invariante, ou ao ser enquanto esse se manifesta tal como ele é em sua essência” (p.139). A consciência é doadora de significação. Ela não é um ver intelectual que compõe seu objeto. Ela não é um olhar desinteressado, mas, sim, um ver discernido, um ver inteligente, cuja característica básica é a de significar ou dar sentido a algo.

Optou-se por utilizar a fenomenologia, uma vez que, de acordo com a natureza de estudos fenomenológicos, foi considerado o recurso apropriado para a pesquisa da vivência dos adolescentes, considerando-se que se procurou captar o significado da vivência do adolescente que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade, no seu existir cotidiano. Dentro da fenomenologia, buscou-se mais especificamente a fenomenologia baseada nos pressupostos de Martin Heidegger, que se volta inteiramente para a busca do sentido do ser (SIMÕES; SOUZA, 1997a; FORGHIERI, 2001).

4.2 Cenário do estudo

Uma unidade da FASE/RS a qual é designada para cumprimento de medida socioeducativa em regime de semiliberdade – CASEMI – foi o cenário deste estudo. Quanto à sua área física, dispõe de um dormitório para uso coletivo com um banheiro para 15 leitos e um banheiro coletivo com dois vasos sanitários e dois chuveiros, uma cozinha e um refeitório, uma sala de espera, um escritório, uma sala

de direção, três salas para atendimento técnico, uma sala de monitoria e chefe de equipe, um aposento para descanso dos funcionários, uma área coberta, um salão de atividades, uma sala para grupos, uma quadra de basquete e campo de futebol. Na medida socioeducativa de semiliberdade, os adolescentes têm o direito de estudar, trabalhar e desenvolver outras atividades programadas na comunidade.

O corpo funcional dispõe de uma equipe de três técnicos nas respectivas áreas: Psicologia, Serviço Social e Educação. A equipe de apoio dispõe de um Auxiliar de Enfermagem com supervisão indireta do Enfermeiro do CASE, um cozinheiro, um motorista, 15 monitores (destes, quatro atuam como chefes de equipe diuturnamente), dois agente administrativos e um diretor. Além disso, conta com uma rede de apoio social pública e privada que auxiliam a viabilizar as atividades citadas. A assistência à saúde especializada é encaminhada à rede pública.

4.3 Aspectos éticos e legais da pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram asseguradas as questões éticas e bioéticas, conforme Resolução número 196/96 que rege as pesquisas com seres humanos (BRASIL, 1996). O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) foi assinado pelo representante diretor da instituição, porque ele é o responsável legal pelo adolescente (ANEXO A).

O assentimento livre e esclarecido (TALE) (ANEXO B), assinado pelo adolescente, demonstra sua cooperação na pesquisa, o qual foi apresentado anteriormente à produção dos dados. Entretanto, o assentimento informado não substituiu a necessidade de que o responsável legal autorizasse a pesquisa por meio do TCLE e o sujeito pesquisado fosse esclarecido dessa necessidade legal.

Também a pesquisadora se compromete com a confidencialidade dos dados da pesquisa, sua guarda por cinco anos, respeitando mais esse preceito da ética na pesquisa com o Termo de Confidencialidade (ANEXO C).

Valeis (2006) traz como objetivo maior da pesquisa “proteger o sujeito da pesquisa e produzir provas”. Entende-se, assim, que a resolução 196/96 se apresenta como uma forma de proteger ao sujeito-pesquisado quanto aos prováveis

riscos de pesquisa, como a falta do sigilo, a exposição da sua identidade e o uso inadequado das informações obtidas na pesquisa.

De certa forma, vemos na resolução 196/96 também uma forma de proteger o sujeito pesquisador, quando exige o rigor metodológico e a fidelidade científica na busca dos resultados que vão comprovar sua relevância social, sendo esta, sim, o maior benefício para o sujeito-pesquisador.

4.4 Os sujeitos da pesquisa e a etapa de campo

Os sujeitos foram os adolescentes que estavam cumprindo a medida socioeducativa de semiliberdade na unidade CASEMI-SM, unidade de atendimento da FASE no Município de Santa Maria, RS.

A inclusão para participação da pesquisa deu-se pelo critério da idade (em conformidade com o ECA): de doze (12) a dezoito (18) anos. Todos os adolescentes do CASEMI-SM com essas idades foram convidados a participar da pesquisa, durante a realização do grupo operativo na unidade. Durante essa etapa, não houve suspeita ou uso de drogas entre os participantes do estudo. Tal consideração se refere às implicações na entrevista diante dessa suspeita. Nesse sentido, o adolescente poderia participar em outro momento.

Digo isso pela prerrogativa proporcionada aos adolescentes em regime de semiliberdade de realizar atividades na comunidade. Eles retomam seu direito de ir e vir, participam do processo de busca das atividades (escola, trabalho, curso ou lazer), reconhecem que o acompanhamento indireto (sem monitoramento) da instituição lhes devolve direitos, porém confere-lhes responsabilidades, como cumprir com seus deveres de horário, retorno à instituição, respeito às normas institucionais. Tudo isso propõe uma aproximação à sua liberdade, o por-*vir*.

No entanto, a experiência revela que a aproximação com a oferta de drogas e com o grupo de amigos traz a oportunidade de novos delitos e que viver as consequências nem sempre é garantia de não voltar a praticá-los.

Participaram nove adolescentes. Quanto a esse número, faz-se necessário esclarecer que senti, na terceira entrevista, a possibilidade de suspender a etapa de campo, visto as entrevistas terem mostrado ser suficiente para responder ao objetivo da pesquisa. Quando os *significados* expressos nas entrevistas contemplarem as

estruturas essenciais do fenômeno de investigação, ou seja, o núcleo invariante, aquilo que permanece e anuncia o desvelamento do *sentido*: o essencial (BOEMER, 1994). Para Fontanella, Ricas e Turatto (2008), o ponto de saturação depende, indiretamente, do referencial teórico usado pelo pesquisador e do recorte do objeto e, diretamente, dos objetivos definidos para a pesquisa.

No entanto, optei por continuar, a fim de dar espaço aos adolescentes que buscavam o encontro. Inclusive, ouvi um deles com idade acima dos dezoito (18) anos. Apesar dessa entrevista não ter sido incluído no material empírico de análise, para respeitar os critérios preestabelecidos de idade, foi possível responder à necessidade do adolescente em ser ouvido, fazendo referência ao princípio ético da pesquisa com seres humanos que garante a justiça e da equidade dos potenciais sujeitos da pesquisa.

Na etapa de campo, foi desenvolvida a entrevista fenomenológica (CARVALHO, 1987), quando foi possível o encontro entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa (SIMÕES; SOUZA, 1997b; TERRA *et al.*, 2006). Para tanto, a condução da entrevista implicou um planejamento.

No primeiro momento, foram apresentados a proposta e o TCLE à direção da unidade, que logo os encaminhou ao setor competente da FASE, a fim de liberar a autorização para o estudo (ANEXO D). Ficou definido que não haveria intervenção institucional junto aos adolescentes ou mesmo à equipe, o que foi respeitado, deixando os adolescentes bem à vontade para optarem por participarem ou não da pesquisa.

Nesse momento participei de um grupo coordenado pelo Serviço Social dessa unidade, onde fui apresentada como pesquisadora. Alguns adolescentes eu já conhecia por terem passado pelo CASE, unidade em que atuo profissionalmente. Isso tornou o encontro bem agradável, já que eles se encarregaram da minha apresentação aos outros, desconhecidos até então. Esclareci sobre o estudo e informei que retornaria para apresentar-lhes o TALE, o que fiz individualmente no período destinado a isso.

Ainda no grupo, ficou claro que não seria uma pesquisa institucional da FASE e que não eram obrigados a participar. Esclarecidos sobre o TCLE e os possíveis riscos e benefícios, o uso do gravador, que poderia causar desconfiança, serviu de motivação. Um deles pediu para gravá-lo cantando um *rap*. Foi esclarecido que a sua participação não tem nenhum tipo de influência no cumprimento da medida

socioeducativa e que o sigilo das suas informações e a preservação das suas identidades foram respeitadas.

No segundo momento, o espaço escolhido possibilitou o encontro-com-eles, esse espaço proporcionou a privacidade para o encontro. O mesmo constituiu-se de uma sala pequena com uma mesa, duas cadeiras, uma maca e um armário, foi necessário preparar esse ambiente para o encontro. Retirar a mesa entre as cadeiras pareceu uma pequena mudança, mas nesse ambiente de restrições proporcionou descontração, desfazendo o aspecto formal do sistema que uma simples mesa consegue impor. Todos os encontros aconteceram nesse espaço que se mostrou adequado à proposta, oportunizando o estar-para ouvir, ver e sentir o encontro fenomenológico criado entre o adolescente que cumpre medida socioeducativa e o ser da enfermeira pesquisadora.

No terceiro momento, convidar os adolescentes foi uma tarefa mais tranquila, devido à necessidade que demonstram de serem ouvidos o tempo todo. Os convites foram pessoais, feitos pela própria pesquisadora, com excelente aceitação, os adolescentes demonstraram curiosidade pelo motivo do estudo.

No quarto momento, no encontro sujeito-pesquisador ao sujeito-pesquisado (entrevista), iniciou-se a busca do desvelar dos significados para compreender os sentidos da vivência do ser-adolescente que está cumprindo medida socioeducativa, a partir das entrevistas que foram gravadas para posterior descrição.

Assim, a entrevista fenomenológica foi a ferramenta para produção do material empírico para análise, utilizando a questão orientadora: **Como é para você ser adolescente e estar cumprindo medida socioeducativa?**

De início e na maior parte das vezes, foi necessário esclarecer que essa era a questão do estudo, pois questionavam: “O que é mesmo que a senhora que saber?”. Respondia, sempre repetindo a questão do estudo. “Como é para você *ser-adolescente e estar cumprindo medida socioeducativa?*”. Cheguei a pensar que eles faziam um recorte da questão, como se fosse: “Como é para você *estar cumprindo a medida socioeducativa?*”, o que me levou a pensar em alterar a questão, já que não os ouvia falar de como era para eles ser-adolescente. Mas foi a partir da segunda entrevista e voltando a primeira que consegui, então, perceber que ele respondia com clareza. A dificuldade estava sendo minha em reconhecer que ele respondia ao questionamento de como era ser-adolescente sendo infrator nesse *mundo* do sistema socioeducativo. Isso exigiu cuidado na condução das entrevistas, que não

segue uma estrutura de organização, pretendendo deixar o sujeito da pesquisa livre para se expressar em toda a sua singularidade.

Registro que meu primeiro encontro foi com um dos adolescentes que já haviam passado pelo CASE, e sua curiosidade sobre as coisas daquela unidade foram suas prioridades. Essa entrevista foi perdida após sua descrição. Houve a tentativa de voltar e refazê-la; porém, esse adolescente já havia saído do sistema, ficando inviabilizada a sua participação. Também foi nessa experiência que produzi contaminação da entrevista ao intervir com ponto de vista próprio. É necessário alertar a todos que adentram na fenomenologia que o exercício do autoconhecimento é um caminho indispensável, na compreensão do que sou, abrindo a possibilidade na compreensão do outro como ele também é como eu.

Na visita seguinte agendada, havia cinco adolescentes internos no CASEMI. Nessa manhã, encontrei-me com outros dois. Após ouvir as três entrevistas gravadas, percebi uma sequência de conteúdos que chamava à atenção pela repetição de gírias, jeitos e um tipo de sotaque que não definia uma região, mas uma ambientação entre os outros que, de tanto ouvir falar daquele jeito, passam a falar assim. Esse aspecto, inclusive, dificultou a escuta, exigindo muita atenção para possibilitar a descrição. Esclareço também que foi necessário adequar a grafia e descrever alguns termos e gírias, a fim de facilitar a compreensão pelo leitor.

Pensei em suspender as entrevistas nesse momento, uma vez que respondia ao que a entrevista fenomenológica se propõe. Porém, continuei ouvindo o pedido de participar. Na semana seguinte, ao retornar à unidade, um daqueles adolescentes já havia sido liberado judicialmente e outros dois novos haviam chegado. Ambos pediram para conversar, pois sabiam da pesquisa e também queriam ser incluídos. Argumentaram que já conheciam o sistema, pois já haviam estado no CASE de Uruguaiana e de Porto Alegre. Esclareci que seria possível.

Nesse dia, o encontro aconteceu com apenas um adolescente, porque os demais estavam em atividades na comunidade (escola) e também porque o tempo dos atendimentos aos novatos não estava previsto. Então me atualizei dos horários disponíveis e passei a contatar previamente, a fim de garantir o encontro. Na terceira visita, um dos meninos que eu não havia convidado por ter vinte anos pediu para participar do estudo. Informei sobre o critério de idade, e ele insistiu. Decidi ouvi-lo, pois percebi sua ansiedade. Sua entrevista não foi usado devido ao critério idade.

Foi necessário também realizar visitas no turno da noite, em função das minhas atividades de trabalho, o que foi a melhor opção para quatro adolescentes que passavam todo o dia fora da unidade em atividades de estudo e trabalho. Após mais duas entrevistas, dei por encerrada essa etapa de campo, visto que, no último encontro, tive a oportunidade de participar do grupo operativo na unidade e agradecer aos funcionários por meio da assistente social que coordenava esse grupo e aos adolescentes participantes, informando o término desse momento, onde foram 11 entrevistas das quais nove foram analisadas. Informe também que a produção da dissertação será de acesso a todos.

Quadro 1 – Historiografia do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade

	Idade	Sexo	Escolaridade	Pais	Irmãos	Onde mora	Filhos
A1	16	M	Cursa a 4ª Série. Tem dificuldade na leitura (parou quando foi para rua)	Separados	1 irmão	Com a Mãe	
A2	18	M	Cursa 4ª e 5ª série na escola aberta. Não sabe informar porque não foi mais a escola.	Separados, não conhece o pai.	3 irmãos	Com a mãe	
A3	15	M	Cursa a 4ª série na escola aberta. Largou para ir para a rua.	Separados, não sabe quem é o pai.	4 irmãos	Com a Mãe	
A4	16	M	Cursa a 4ª série	Separados	1 Irmãos	Casa abrigo	
A5	18	M	Cursa a 5ª série	Separados	3 irmãos	Com a mãe	1 filho
A6	17	M	Cursa a 5ª série	Com os pais	4 irmãos	Com a mãe	
A7	17	M	Cursa a 3ª série	perdeu a mãe este ano, não conhece o pai	2 irmãos	Casa abrigo	
A8	17	M	Cursa a 4ª série.	Separados	2 irmãos	Com a mãe	
A9	18	M	Cursa a 6ª série.	Separados, não conhece o pai.	3 irmãos	Com a mãe	1 filho

4.5 Análise e interpretação

A pesquisa fenomenológica parte da concepção de que se pode deixar o fenômeno falar por si, com o objetivo de alcançar o sentido da experiência, ou seja, o que a experiência significa para as pessoas que vivenciaram a experiência e que podem, assim, descrevê-la de forma compreensiva (HEIDEGGER, 2008). Na busca da compreensão dos modos-de-ser, a ontologia tem como objeto o ser. Assim, a analítica da existencialidade se desenvolve no modo de tratar da fenomenologia e tem a questão do ser como fundamental.

O método fenomenológico heideggeriano caracteriza-se como um fazer ver por si mesmo, aquilo que se mostra como é, a partir de si mesmo (HEIDEGGER, 2008). Propõe ser o homem o *ente* questionador, que dialoga com o mundo. Questionar significa procurar cientemente o ente naquilo que ele é e como ele é (HEIDEGGER, 2008). O questionamento se desdobra em três polos (PAULA, 2008, p. 65):

- 1) o que questionamos – *questionado* – o que se mostrando como *ente* está por ora obscuro;
- 2) o que perguntamos a seu respeito – *perguntado* – qual é a sua intenção ou direção, refere-se ao *sentido*;
- 3) o que interrogamos para obter o perguntado a respeito do questionado – *interrogado* – o *ente* em sua *cotidianidade* que mantém o *ser* velado em seu *sentido*.

Portanto, o questionado é o *ser*; o perguntado é o *sentido*, e o interrogado é o *ente* (HEIDEGGER, 2008). Apropriando-se dessa proposição heideggeriana, no presente estudo, o *interrogado* é o adolescente no cotidiano de estar cumprindo medida socioeducativa em semiliberdade; o *questionado* é o ser-adolescente que está cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade; o *perguntado* é o significado que ele dá a essa vivência. A partir dessa apropriação, a hermenêutica de Heidegger se mostrou possível.

Assim, o primeiro momento metódico constou da suspensão de pressupostos do pesquisador ao desenvolver a escuta e leitura atentas das entrevistas, sem impor-lhe categorias predeterminadas pelo conhecimento teórico e/ou prática prévio. Destacou-se nas transcrições sublinhando e separando em um quadro de análise as estruturas essenciais ao objeto de estudo. Foi desenvolvido o discurso

fenomenológico da compreensão vaga e mediana dos adolescentes, que revelou os significados diante da vivência de cumprir a medida socioeducativa de semiliberdade. Foram constituídas as unidades de significação com trechos das falas dos sujeitos da pesquisa expressas nas entrevistas, de modo a ilustrar a compreensão e compor o conceito vivido, que é o fio condutor da hermenêutica.

O segundo momento metódico desvelou os modos de ser do adolescente, que se mostra a partir da compreensão vaga e mediana. Esses foram interpretados segundo os conceitos teóricos do referencial filosófico de Martin Heidegger. Possibilitou alcançar a essência do fenômeno da cotidianidade do ser adolescente que cumpre medida socioeducativa, desvelando facetas da dimensão existencial do seu modo de ser.

5 ANÁLISE COMPREENSIVA

Na trajetória metodológica, dá-se início à análise compreensiva, chamada por Heidegger de compreensão vaga e mediana. O primeiro momento metódico, a análise compreensiva, consiste na: escuta das entrevistas gravadas e leitura flutuante das falas transcritas; distinção entre as estruturas essenciais (significantes) e as ocasionais; descrição fenomenológica da compreensão dos sujeitos da pesquisa; elaboração das unidades de significação (US) e composição do conceito de ser (PADOIN, 2006).

Essa análise foi elaborada a partir da leitura exaustiva das entrevistas e da redução dos pressupostos. Busquei nas falas aquilo que expressa o mostrar-se do fenômeno em sua essência, pautada na singularidade dos sujeitos e das suas vivências. Nos depoimentos, foram apreendidas palavras e, depois, os fragmentos de texto que continham as estruturas essenciais.

Após, realizei uma nova escuta das entrevistas de modo atento aos gestos, às gírias, às emoções e aos silêncios, com o objetivo de compreender as estruturas essenciais que começavam a se desvelar – o desvelamento dos significados que constituíram as unidades de significação. É a partir da significância aberta na compreensão de mundo que a presença projeta seu *ser* para *possibilidades* (HEIDEGGER, 2008).

Assim, a cotidiano do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa significa ...

US 1 Uma prisão, algo ruim que ele tem que pagar, re-conhece que errou.

eu sei que eu errei, to pagando pelo meu erro [...] sei que eu to errado [...] pra ve se eu consigo me melhora né dona, talvez fosse inté bom eu se preso, (silêncio) (A1)

me sinto mau né dona, comé que o cara vai se senti bem, acorda sabendo que ta sempre no mesmo lugar [...] sai pra escola, curso; mais ainda ta preso [...], vai pra casa todo fim de semana, mais ta preso [...] to aqui porque tenho que paga né dona se não não tava aqui, eu não queria ta aqui, se fosse por mim eu tava em casa, não

tava aqui (silêncio) [...] eu to, que dize por ta aqui eu me sinto mau né dona, ba ta loco, o cara fica com saudade de casa, da mãe do cara (olhos lacrimejantes) [...] quando eu lembro de casa é pior, aiiiiii, bãe se eu lembro deles eu não consigo (choro). [...] Mais a mãe sempre vem, é guerrera dona. (A2)

é ruim, to preso (silêncio) [...] é a primeira vez que eu caio preso eu vou começa a sair, vou pra casa até que enfim (se refere aos passeios de final de semana), a mãe ta esperando porque ela não pode vim. O brabo, vai se volta, mais eu volto dona, a juíza disse que se eu cumpri, paga tudo, fica tudo limpo, então tenho que volta né. (A3)

pra mim é ruim né dona [...] (A4)

ruim né dona, porque fica sempre aqui, preso né dona, não acho bom, desde pequeno minha mãe falava que se eu caísse preso....., [...] meu irmão dizia que se eu aprontasse aqui eu não ia mais pra casa, pra não incomodar a mãe [...] é ruim né dona. Quem é que vai quere fica preso (A5)

gosta ninguém gosta, ne dona; mais se tem que ta aqui; é melhor paga logo e sai pra não volta, né; [...] a gente, sabe que errou; [...] ninguém taqui, por que não fez nada (risos); então é melhor paga tudo de uma vez; [...] taqui é pra paga hora; se é só dize que não fez nada eu também não fiz (risos); so inocente dona; a senhora não gosto né; [...] é pra paga, vamo paga; o ruim é que quando o cara ta legal, vem os outro e arruma encrenca pra gente o cara tá quieto e os cara te chama pra apronta, eu não vo né dona mais tem que fica de canto, se não tu é jacaré; há eu não queria taqui, né dona, mais lá no case era pior, lá o cara fica preso, aqui a gente a té sai; (A6)

é ruim né, mais o cara tem que paga, pois é, não é bom dona, mais se o cara feiz um dia o cara vai te que paga, a senhora não acha,? o cara faz, faz e pensa que não vai dá nada, não vai dá nada, não vai dá, aí um dia deu, é isso dona, um dia dá pode cré, (A7)

ruim né dona; o cara ta preso, [...] o cara deve tem que paga, já chega a mãe te que vim aí toda quarta, coitada, chora toda vez dona, um filho aqui tem outro na cadeia, coitada né dona, não merece, [...] quando eu vim pra cá preso, ela já era doente imagina só dona, eu não gosto de ta aqui, mas pelo menos to estudando [...] o cara faz depois tem que paga, é isso da vontade de não volta as vez, mas eu volto dona, a juíza prometeu que se eu não apronta por aqui ela me manda pra ajuda a mãe, ela vem aí dona e se segura pra não chora na minha frente, mas a dona me falo que é só ela saí ali ela começa a chorar. O cara é a humilhação da família, [...] pra mim isso daí pesa como uma cadeia; bãe minha mãe sofreu um monte por causa desse ano. (A8)

ah! pra mim ta sendo ruim né dona porque eu só fico preso, não to aproveitando nada da minha adolescência, daí eu tinha meus amigo né desde pequeno [...] ta preso tenho vergonha de ta indo la neles; [...] ma eu queria ne dona, tenho vontade de joga com tudo eles lá mas não consigo, ta sendo mais difícil depois da perda do meu pai [...] eu tenho a mãe ainda não perdi tudo ainda tenho ela pra ajuda, e ela me ajuda tudo, mais ta sendo ruim né, [...] a minha mãe e minha namorada é que vem me visita [...] elas vem sempre; eu preciso paga né dona, então eu fico aqui e elas vem, afinal eu fiz isso ai e não posso fica devendo, depois que eu paga tudo pra justiça, pra sociedade [...] mas é certo se eu devo tem que paga né dona; eu to devendo o que eu fiz tem que paga pra eles (A9)

US 2 re-conhecer que jogou fora sua adolescência e por conta da idade não esta no sistema penitenciário.

dona eu usava droga né, lá fora [...] eu me juntava com os mano e nós saia por aí, aprontar (risos), se drogava e pronto [...] daqui a pouco to de maior, tenho um tio lá no presídio e ele me diz que não quer me vê por lá. (A1)

eu to preso desde os treze anos, claro saía, voltava [...] diz que não vai vim, mais vem. Faço dezoito em novembro, também vou pagar tudo e não volto mais, pra cá não [...] depois dos dezoito tu não vem pra cá, vai pro cadeião. Tenho um irmão lá dona, meu tio também já teve lá. (A2)

foi furto dona, eu não tinha muito processo, só uns três. Ela (refere-se à juíza) botou tudo junto [...] to com quinze dona, é a primeira vez que eu caio preso [...] o brabo, vai se voltar, mais eu volto (refere-se a voltar dos passeios de final de semana), a juíza disse que se eu cumprir, pagar tudo fica tudo limpo, então tenho que voltar [...] se eu não volto e me pegam começa tudo de novo, e eu vou pro CASE, não tem mais chance. (A3)

e se ta com quem não usa, não usa (drogas), já com os cara sabe né dona a gurizada não que saber. Agora com crack dona ta ruim heim, eu cheguei aqui com 48 k, agora to gordo, 62 dona; mais não quero mais, o crack não, um baseadinho, cigarro, isso sim, não vou dize que não [...] mais o cara depois [...] não consegue mais sair (A3)

eu fui pra rua muito cedo né dona, eu tive que aprende né dona, bah! tá loco como é que eu vou dize, um pouco eu tive que aprende ser ruim né dona, com os cara né dona, porque eles viajava em mim, o dona tomava meus bagulho, tomava meus cobertor [...] fui só na maldade né dona; eu era pequeno né, daí eu fui crescendo, aí eles pararam de viaja em mim né dona [...] depois eu comecei a chera maconha; até dos robo dona. É, e daí quando vi embasso né dona; [...] fiquei um dia foragido [...] daí me trouxeram pra cá de novo; fiquei aqui três mês, e saí de novo, daí pulei aqui o telhado [...] voltei lá pra banda [...] comecei a roubar eu e mais três piá, para fuma maconha, daí depois eu comecei chera cocaína [...] nós fizemos vários assalto, foi, foi, foi, que eu caí aqui [...] fiquei preso primeiro uns doze meses(no CASE). (A4)

aqui parece que o tempo não passa, e o tempo que não volta mais, vim pra cá com quinze, faz três anos, nesse vai e vem, nessa vida, o cara não leva nada dona (lacrimeja).[...] se a gente foge daqui [...] vão demora acham o cara [...] comecei a fuma com onze anos (A5)

eu vim pra cá com treze dona, vou fazer dezoito em agosto; agora sim não venho mais pra cá [...] sou de maior daí...[...] aí é presídio [...] o tempo que eu já to na FEBEM, ta na hora de ir embora, não tá? Uma hora o cara tem que saí (A6)

faço dezoito em novembro dona [...] (nome de outro adolescente) trouxe maconha [...] seguido tem encrenca por causa de droga [...] (nome de outro adolescente) já trouxe e ninguém ficou sabendo, aquele dia todo mundo fumo [...] (nome de outro adolescente) ta usando crack direto lá fora, ta sumindo [...] eu vo saí daqui e tenta para, nem que seja com o cigarro dona (A7)

eu faço dezoito no fim do ano e não vou mais preso, paguei tudo até lá (A8)

tempo que não vai volta mais [...] vim pra cá com dezessete, to aqui há um ano e meio, comecei nessa vida [...] vendendo o bagulho [...] era cocaína [...] por isso que eu caí [...] tráfico e um porte (A9)

US 3 ter que ir a escola aprender algo, para arrumar algum trabalho.

agora eu quero saí e trabalha, minha mãe já sofreu muito [...] aqui eu to indo na aula, lá fora capaz que eu tava indo [...] que eu quero cumpri a minha né dona, sai daqui arruma um trampo e ajuda minha mãe (A1)

a única coisa boa é a escola. Já to lendo meu nome dona, na rua eu não ia estuda [...] a dona [monitora] ta achando um trabalho pra mim, numa oficina, eu começo ajudando, aí ela consegue um curso (A2)

Aprendendo alguma coisa longe das drogas? joga futebol, ir na escola. A dona [monitora] me ajuda com as lições, eu mostro para ela, quando eu vou pra casa levo pra minha mãe ver (A3)

aí eu voltei pro colégio mais logo fui pra rua de novo, aí nunca mais voltei, só aqui (A4)

é melhor que o CASE, lá não saí pra nada, depois que eu ganhei atividade, aí sim comecei a i pra casa, a mulher tava grávida. (A5)

vou arruma um trampo pra mim e me acomoda, a minha mãe já sofreu muito dona [...] aqui o cara sai, vai pro colégio, pro curso, vai todo fim de semana pra casa. Toma uma canseira, nem precisa de remédio pra dormi [...] bom eu vô primeiro pra casa vê minha mãe, depois (silêncio, riso), depois vô dá umas banda né dona. [...] é, o cara vai pro som, vê as mina. A mina do cara né dona. (A6)

A dona [monitora] disse que vai arruma um emprego pra mim, agora que eu não tenho ninguém vou precisar trabalha né, se não quiser segui nessa vida [...] eu to indo no colégio [...] as dona aqui dão uma força, elas arrumam aula, curso, trabalho. Ai! Se o cara qué, elas ajudam dona. Olha, eu lá fora nem queria saber de ir na aula, aqui já vou diretinho. (A7)

Mas, pelo menos to estudando dona. Capaz que lá fora eu ia ta estudando. To no curso também, de fuxico dona, fiz uma bolsa pra dona [monitora], almofada também. [...] eu to indo no colégio. (A8)

depois que nasceu meu filho [...] tem que cria o guri, vô arruma um trampo, a minha guria trabalha. A mãe vai ajudar a mãe dela também eu acho. [...] de fala do piá já me estrago (choroso). (A9)

US 4 ter dificuldades para conviver, obedecer e se manter legal sem aprontar ou fugir.

Pior que o cara qué fica legal e os cara te empilha [instigar o outro] (silêncio) [...] os loco só qué encurna [colocar o outro em situação difícil] o cara, tava quieto aqui, me chega aquele loco, pronto, já perdi meu passeio, briguei com o loco, me dei mau; as dona tentavam que a gente não ficasse junto. No CASE dá, né dona, mais aqui, uma hora tu te cruza, e ai, já era; mau, mau. [...] bõe as vez da vontade do cara só incomoda. (A2)

Comecei a pensa em bobagem, coisarada. Só queria pega medida (punição), não participava das atividades, mas daí depois....bah daí depois eu me liguei, eu me

liguei que não era assim, comecei a me comporta, comecei minhas atividade [...] quando vi foragi né dona, mas fiquei um dia foragido. (A3)

eu já tinha escapado, aqui é só pula o muro e ta fora [...] fuga né dona [...] o ruim é que quando o cara tá legal, vem os outro e arruma encrenca pra gente. [...] o cara tá quieto e os cara te chama pra apronta, eu não vô né dona mais tem que fica de canto [não falar o que viu], se não tu é jacaré [delator]. (A6)

lá no CASE eu bati no seu [no monitor], e o seu é boa gente, mais ele me pego num dia ruim; ele foi me obriga a comê salada; eu joguei fora a salada e dei um safanão pelo visor. achei que a juíza nem me mandava pra cá. [...] agressão a funcionário né dona, deu até CAD [comissão de avaliação disciplinar], mais ela mandou agora tenho que fica de canto [ficar quieto, não se envolver em conflitos] o [fulano] trouxe maconha esses dias; quando ele saiu pro curso [...] aqui é boiada dona, entra tudo, seguido tem encrenca por causa de droga [apelido de outro] já troxe e ninguém ficou sabendo, aquele dia todo mundo fumo dona, capaz que ninguém sentiu chero; se fazem . (A7)

eu até tava bem agora que o [fulano] chego, sei não dona, nossa bronca não é de hoje, eu até to de canto, mais se ele vem eu vou dona, não sou de pedir seguro [proteção]. [...] ah, desculpe dona, mais o cara que é cagão, ele se mete depois não encara [...] caiu um guri que estupro a própria irmã; bãe eu peguei e dei tanto naquele guri dentro do breti [dormitório], deilhi um tundão nele pra nunca mais fazer aquele bagulho, paguei um tempão por causa daquilo que ele fez também; se ele fez para irmã dele faz pra qualquer um. (A8)

o [juiz de outro município] xingava mia mãe nas audiência, bãe ela chorava dona. [...] oh! Doutor a mia mãe não tem nada haver, chamava minha mãe de desnaturada, bah! tem vários bagulho de humilhação dentro dessa FEBEM. [...] na sala de triagem levei um tapão, não sei nem por que, ele (monitor) diz: olha rapaiz tem que toma é de tapa na cara, mais eu nem sei é a primeira veiz que eu to botando os pés dentro de uma cadeia [...] se for pra mim isso daí pesa como uma cadeia (A9)

US 5 estar afastado de parentes e pessoas amigas, sentir falta da mãe, aprendendo a valorizá-la.

aposto que se fosse um filho de, um filho de papai que tivesse dinheiro, eles iam corre atrás e não ia te sido preso (...) eu tinha namorada até cai preso; depois eu não quis mais, vai sabe o que que ta fazendo lá enquanto o cara ta preso (...) tenho um tio lá no presídio e ele e diz que não quer me ver por la, irmão da minha mãe (A1)

Bah! o que que eu vô dize; se tivesse grana não tava ai, pagava uns advogado e queria vê, esses bundinha aí, filhinho de papai, ah! A senhora acha que vem pra cá? (...) lá no CASE é pior (...) meu mano levo um chocão e morreu dona, ta loco (silêncio), mais a mãe sempre vem, é guerreira dona (A2)

no CASE eu não ia consegui (...) Se eu não volto e me pegam de novo, eu vô pro CASE, não tem mais chance,(...) sabe dona eu tinha uma namorada (a fulana), ela até queria vim me vê, acabei quando caí preso (A3)

antes disso eu não tinha contato com a minha mãe né dona, aí as dona foram falando lá com a minha prima lá e, e aí quando vê arrumaram pra mim i mora com a minha prima, pra saí em atividade (passeios de final de semana) e mora com ela (...) daí lá na minha tia eu fiquei uns sete mês (...) ah e dos piá amigo meu que já morreram né, já morreu, uns cinquenta e pouco amigo meu já morreu, que davam banda comigo (...) embaçado vê os cara que davam banda com o cara e depois só intimando o cara pra i no enterro, teve dois que eu vi morre na minha frente né dona, bãe embaçado, ta loco, bãe dona ta loco (olhos lacrimejante) (A4)

meu irmão dizia que se eu aprontasse aqui eu não ia pra casa, pra não incomoda a mãe (...) é melhor que o CASE (...) pensei no meu filho, não quero essa vida pra ele dona (...) ele tinha atirado no meu irmão, coitada da mãe,(...) minha mãe e o meu irmão e que iam lá me visita; o resto da família, depois que caí preso, ta loco, a ovelha negra, sabe né dona, meu pai nem sei quem é (...), só a mãe seguro (...) eu queria ta em casa com meu filho (A5)

não é que nem o case (...) lá é mais difícil (...) ah, a minha mãe, posso fala dona, ela é uma santa, só ela mesmo pra agüenta tudo que eu aprontei (...); eu até terminei com ela (namorada) quando fui preso(...) é eu a mãe e meus dois irmão mais maior que eu, o pai foi embora quando eu tinha cinco anos;(A6)

porque eu fiquei sabendo que a minha mae morreu dona (A7)

tinha que vê o meu irmãozinho falando (...) eu aposto que se fosse um filho de papai, não ia te sido preso (A8)

eu tinha meus amigo né desde pequeno(...) ele (pai) dizia que se eu brigasse lá eu não ia mais (...)me dá uns negócio assim, a falta dele, ainda mais domingo eu ficava com ele, eu me lembro dele, bãe me dá um aperto no peito (...). Eu tenho a mãe ainda não perdi tudo (...) ah o pai me ajudava bastante né dona, quando eu saí daqui, eu vim a primera vez ele (pai) sempre falava pra nós que o dia que um de vocês caí preso eu nunca vô lá vê, aí quando vi era um domingo assim, daí fui pra visita assim, quando vi tava entrando ele assim dona, aí ele me falo que se eu quisesse muda ele ia me ajuda (...) a minha mãe e a minha namorada é que vêm me visita (...) e elas vêm sempre (A9)

Foi desenvolvido o discurso fenomenológico da compreensão vaga e mediana dos adolescentes, que revelou os significados diante da vivencia de cumprir a medida socioeducativa de semiliberdade.

Assim o adolescente vê na medida socioeducativa uma “prisão”. Revela o caráter socioeducativo da medida ao contar sobre a escola, os cursos na comunidade e ao saber que, após cumprir a medida socioeducativa, ele vai “sair limpo” (sem registro judicial), acha que pode ser até bom ter sido preso, como possibilidade de “se melhorar”. Sente-se mal, acha ruim acordar sempre no mesmo lugar, preso; diz que, se pudesse, estaria em casa. Relata que está pagando pelo que fez, se deve tem que pagar, “um dia ia ter que pagar”, pensa que “não dá nada”, mas “um dia dá e é melhor pagar logo”.

Mesmo realizando as atividades socioeducativas na comunidade e havendo a possibilidade de ir para casa nos finais de semana, ele se sente “preso”. Estando em casa, é difícil voltar para a unidade, mas ele volta para pagar e “sair limpo”.

Revela seu envolvimento com drogas desde muito cedo, diz que as companhias e no grupo, está a possibilidade de ter iniciado o uso – ao se juntar com outros adolescentes saía e aprontava, “se drogava e pronto”. A droga era uma escolha comum entre eles. Relata o uso de drogas como um fator gerador da medida socioeducativa. Destaca o envolvimento de outros com o crack. A perda súbita de peso causada por essa droga chama sua atenção.

Diz que é possível usar drogas na Instituição e que já trouxeram – “aquele dia todo mundo fumou, ninguém ficou sabendo”. Sair para a comunidade para estudar e fazer cursos pode ser uma oportunidade de ter acesso às drogas, visto que não fica sob vigilância institucional ao sair para a comunidade.

Revela sua idade e que logo vai ser “de maior”. Assim, sabe que não cumprirá mais a medida socioeducativa; em caso de conflito com a lei, poderá ser submetido a sentença penal. Apresenta certa familiaridade ao falar de presídio. Tem familiares que cumprem pena e o alertam a não ir para lá. Ele sabe que, ao fechar três anos de MSE ou ao completar os 21 anos, sua saída da unidade e do sistema socioeducativo é compulsória. Ele vê o tempo da medida como um tempo perdido, tempo que não vai voltar.

Valoriza o trabalho e o estudo, mas revelam que na rua não o faziam. Entende que trabalhar é preciso e pode ser uma forma de mantê-lo afastado de problemas e de minimizar o sofrimento da mãe por sua causa, mas é difícil, não tem experiência e ter estado na Instituição é um problema. Acredita que vai precisar de ajuda para poder auxiliar sua mãe e criar seu filho.

A forma de ajuda refere-se a uma rede de apoio social, com a qual a equipe técnica busca parcerias junto à comunidade, auxiliando a criar possibilidades de emprego e estudo para os adolescentes que são desligados do sistema. Sair e ir para casa nos finais de semana conviver com a sua mãe e com seu filho é uma possibilidade.

Mostra-se preocupado com a possibilidade de se encontrarem com rivais de rua dentro da unidade. Querem ficar bem, mas, se provocados, reagem, não pedem seguro (proteção), pois é coisa de quem tem medo. Cita a unidade de internação onde era possível evitar os encontros pela característica de sistema fechado; já na semiliberdade, são possíveis conflitos entre eles. Esse fator dificulta, por vezes, o cumprimento da MSE determinada, pois o adolescente, sentindo-se pressionado, ou foge ou reage agressivamente, gerando novo processo e agravando sua situação.

Também conta que são frequentemente convidados por outros adolescentes a participar de atuações indevidas na Instituição ou fora dela. Caso se negue, deve permanecer calados, negando que sabia ou que viram algo; do contrário, pode sofrer ameaças ou mesmo agressão por parte dos envolvidos. Pensam às vezes em só incomodar, em bobagens, fugir, usar e trazer droga.

Revela as figuras de vínculo familiar e de afeto, alguns prejudicados, outros interrompidos pela morte de pai, mãe, irmão e amigos. A mãe aparece sendo aquela que ajuda “uma santa”. É ela quem comparece na instituição e mantém o contato com o serviço, demonstrando afeto e preocupação. O filho se revela uma motivação para o cumprimento da sua medida e do desejo de melhorar. Na maior parte das vezes ele termina o namoro ao ser “preso”, desconfia de infidelidade, mas, ao sair para os passeios de final de semana, principalmente quando tem filhos, pode reatar o namoro.

Ele acha que ter dinheiro pode livrá-lo da “prisão”. Comparam-se com adolescentes que não são presos, mesmo cometendo os mesmos delitos, os “filhinhos de papai” que têm dinheiro. Demonstra raiva nesse momento e se sente injustiçado. Diz, ainda, que no CASE é pior, é mais difícil. Como uma unidade de privação de liberdade, apresenta normas e regras rígidas e o sistema é fechado. Mesmo assim, a possibilidade de acesso às drogas e a prática de novos delitos no cumprimento da Medida de semiliberdade a partir de seu caráter menos restritivo podem levá-los de volta ao CASE.

Para Heidegger, compreensão e interpretação já estão sempre presentes, quando o fenômeno se mostra, é o ente na modalidade de sua descoberta do *seu ser-em-si*. Ser e entes são distintos, mas inseparáveis. O ser fundamenta os entes, e inversamente os entes constituem o ser (INWOOD, p.133, 2002).

No segundo momento metódico heideggeriano se dá a compreensão interpretativa, a qual consiste na hermenêutica. “O ente como ente só é acessível se uma compreensão do ser *se dá*” (HEIDEGGER, pg. 2008). O *dês-em-cobrimento* do ser pelo ente adolescente sendo infrator conduz a des-coberta dos *sentidos* que estão nos *significados* aqui desvelados pelos sujeitos da pesquisa.

6 ANÁLISE INTERPRETATIVA

Para esse segundo momento, busquei apreender os significados expressos nas falas dos *entes sendo* adolescente e *estando* em medida socioeducativa, afim de buscar a interpretação dos sentidos desvelados. Para tanto, foi desenvolvido o movimento de des-velamento dos *significados* contidos na dimensão factual, sem buscar a explicação, mas inaugurando o universo do *sentido* localizado na dimensão do fenômeno.

Para Heidegger (2008), com a clareza do *conceito de ser* e dos modos de compreensão explícita nela inerentes, deve-se decidir a significação dessa compreensão do ser obscura, embora não esclarecida. O *conceito de ser* constituiu-se do *caput* das unidades de significação.

Assim, o cotidiano do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa significa **estar numa prisão por algo ruim que ele fez e tem que pagar porque errou. Re-conhecer que jogou fora sua adolescência e por conta da idade não está no sistema penitenciário. Ter que ir a escola aprender algo, para arrumar algum trabalho. Ter dificuldades para conviver, obedecer e se manter legal sem aprontar ou fugir. Estar afastado de parentes e pessoas amigas, sentir falta da mãe, aprendendo a valorizá-la.**

No discurso eu revelo tudo que eu sou, me mostro e me expresso, é o que possibilita o des-velamento do *quem* dotado de *pre-sença* (HEIDEGGER, 2008). Compreendendo que a fenomenologia de Heidegger não é familiar a todos, considerando minhas próprias limitações proponho uma aproximação a essa metodologia.

Assim, na busca da compreensão ainda obscura do ser desse ente adolescente que está em medida socioeducativa de semiliberdade, localizo-me como ele *sendo-no-mundo* do sistema socioeducativo. No pensamento de Heidegger, os homens e as coisas que se encontram no mundo são todos *entes-no-mundo*, entidades da *presença* do humano no mundo, *mundo* na fenomenologia de Heidegger, significa a estrutura de um momento constitutivo do *ser-no-mundo*.

Então, sendo-adolescente em conflito com a lei em MSE, esse ente vive um momento constitutivo no mundo, ao *ser lançado* no sistema socioeducativo da FASE.

Neste estudo, o sentido foi captado e entendido como o modo singular dos adolescentes que, sendo infratores, cumprem a medida socioeducativa de semiliberdade e, diante da realidade do sistema socioeducativo em sua *cotidianidade*, compreendem e significam o seu mundo nos modos de ser da *ocupação*, da *de-cadência* e do *ser-ai-com*.

6.1 O cotidiano do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa

Heidegger (2008) mostrou que no mundo *não ocorre um eu puro, sem mundo e sem os outros*. Para ele, a resposta para *quem é o ser aí cotidiano*. Esse se obtém da análise daquela forma de ser em *quem*, imediata e regularmente se mantém, o *ser aí* em sua vida diária.

Neste estudo, os adolescentes referem-se ao mundo “lá fora”, como que vivendo a medida socioeducativa em um *mundo* a parte, regido por padrões de comportamento refletidos em seus *modos de ser* peculiar ao sistema que se apresenta a ele como prisão.

Em seu *estar-no-mundo-junto-aos-outros*, em meio ao abandono e ao arbítrio dos outros, o adolescente aponta sua compreensão acerca do sistema socioeducativo. Referindo-se a ele como uma prisão, afasta-se dos vínculos de afeto ao “cair no sistema preso”.

Ao passar adiante o que todos já dizem, não como forma de saber, conhecer do que se fala, apenas para manter a comunicação, repetindo e passando adiante a fala, potencia-se a falta de solidez. Nisso se constitui o *falatório* (HEIDEGGER, 2008), que constitui o modo de ser na interpretação e compreensão da presença cotidiana.

No cotidiano revelado pelos adolescentes realmente se repetem como forma de afirmar-se nesse mundo do sistema socioeducativo: “*to pagando pelo meu erro*” (A1), “[...] *to aqui porque tenho que paga*” (A2), “*é melhor paga*” (A6), “*se o cara deve tem que paga*” (A7), “*ta aqui tem que paga*” (A8).

O adolescente faz referência a situações que podem ter contribuído para ele ter ido ao encontro da medida socioeducativa, parece ser mesmo esse o caso de muitos adolescentes ao seguir uma tradição de crimes e violência, (re)caindo na infração e, por vezes, no sistema socioeducativo.

Para *ser-no-mundo* levo comigo minha história, tudo que experienciei e vivi, a isso Heidegger (2008) chama *historicidade*, ou seja, é a tradição de um legado do passado, quando dela eu posso me apropriar e transformar minha história ou também posso simplesmente usá-la como guia na minha vida, seguindo as normas e condutas familiares e de convivência já postas.

Sua história traz consigo parte da sua *historicidade*: “*dona eu usava droga né, lá fora [...] eu me juntava com os mano e nós saía por aí, aprontar (risos), se drogava e pronto [...] daqui a pouco to de maior, tenho um tio lá no presídio e ele me diz que não quer me vê por lá*” (A1), demonstrando familiaridade com o sistema penitenciário.

Publicar sua história de hábitos e vícios adquiridos parece explicar seu vivido na MSE. Talvez o adolescente possa ter sido mesmo influenciado pela sua historicidade, por um guiar-se a partir do que lhe é familiar (HEIDEGGER, 2008). Como se destaca na fala ilustrada a seguir: “*e se ta com quem não usa, não usa (drogas), já com os cara sabe né dona a gurizada não que saber [...] mais o cara depois [...] não consegue mais sair* (A3)”. Na maior parte das vezes, faz uso de drogas e pratica delitos para manter o consumo, reincidindo por vezes ao sistema.

Assim “sendo”, ele justifica a medida socioeducativa, devido ou apesar da sua tradição, isso é, o legado de uma tradição do passado, descrevendo seus modos de ser antes de “cair preso”: “*dona eu usava droga né, lá fora [...] eu me juntava com os mano e nós saía por aí, aprontar (risos) [...] por isso que eu caí [...]*” (A9).

No entanto, mostra-se, na maior parte das vezes, em-meio-ao-sistema. Ele não chega a negar sua tradição, mas deixa que ela “surja” no em-meio às coisas da medida socioeducativa, ocupando-se mesmo de *ser-no-mundo* do sistema socioeducativo.

Nesse cotidiano, nessa prisão, o adolescente refere: “*aqui parece que o tempo não passa, e o tempo que não volta mais*”. Em Heidegger (2008), não se está tentando medir uma extensão de espaço, porém, na cotidianidade, tem sua precisão própria. A existência cotidiana sempre tem lugar em um mundo compartilhado com os outros – não outros opostos a nós, mas outros como nós e que estão conosco.

Os adolescentes se referem ao tempo do cumprimento da medida socioeducativa, como um tempo perdido e que não volta mais. Sem dúvida, ele está se detendo ao tempo no sentido cronológico. No entanto, Heidegger cita um conceito de “temporalidade” para o tempo, cujo significado é “produzir”. Refere que o tempo precisa ser recuperado para o “outro começo” que está por vir.

É habitual que no cotidiano a co-existência gere modos de ser, que Heidegger (2008) define como de “in-diferença” relativos ao “(qualquer) um mesmo”, o “se” (no sentido do “se diz”, “se faz”, etc.), que, conforme Heidegger identifica-se como o modo de ser “de termo médio”. Os integrantes do sistema socioeducativo se encontram submetidos a modos de viver cotidiano. Mas a cotidianidade, para Heidegger (2008), não é a definição de uma apreciação quantitativa. O dia-dia não é a soma de todos os dias em nossa existência. Significa “um *como*” de existência, é o como vivemos nosso dia-dia nos mais diferentes modos de ser no mundo.

a) A ocupação do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa

O adolescente se mostra empenhado para manter-se em conformidade com as normas e regras institucionais, escapando, assim, da sua historicidade autêntica. Sua adaptação ao sistema é uma necessidade para poder-ser nesse mundo, da medida socioeducativa. *“Comecei a pensa em bobagem, coisarada. Só queria pega medida (punição), não participava das atividade, mas daí depois... bah daí depois eu me liguei, eu me liguei que não era assim, comecei a me comporta, comecei minhas atividade [...]” (A3)*

Heidegger (2008) define *ocupação* como um dos muitos modos de ser do humano, exemplificando como: ter o que fazer com alguma coisa, produzir alguma coisa, tratar e cuidar de alguma coisa, fazer desaparecer, ou deixar perder-se de alguma coisa, empreender, pesquisar, interrogar, considerar, discutir. Esses modos de ser-em possuem o *modo de ser da ocupação*. É se ocupando dos entes e das coisas do mundo em sua cotidianidade que o adolescente sendo infrator des-cobre a possibilidade de viver esse tempo junto e *em-meio-ao-mundo* da medida socioeducativa.

A cotidianidade do *ser-no-mundo* pertence a modos de *ocupação* que permitem o encontro com o ente de que se ocupa de tal maneira que apareça a

determinação mundana dos entes intramundanos (HEIDEGGER, 2008). No *cotidiano*, o ser-adolescente se mostra *em-meio* ao sistema socioeducativo, revelando modos de ser, que, mesmo dentro de um sistema com regras estabelecidas, se empenha constituir um comportamento peculiar aquela convivência institucional.

Revela que sofre ameaças e repete um comportamento. Procura encontrar as formas de como sair para as atividades educativas, de trabalho e de passeio familiar. Com isso ele se ocupa. Em sua *circunvisão*, relata que, após cumprir a MSE, “*sai limpo*”, referindo-se a não ficar com registro judicial.

As atividades de estudo e a preparação para o mercado de trabalho são obrigações determinadas pelo ECA, que orienta priorizar sempre que possível os recursos na comunidade. No entanto, essa rede de apoio é precária, e nem sempre é possível criar essa rotina. Por outro lado, essa possibilidade também cria as oportunidades para o uso de drogas e a prática de novos delitos, uma vez que a ausência de monitoramento, enquanto ele desenvolve as atividades para além do sistema socioeducativo, é mais uma prerrogativa no cotidiano da MSE que vê aí uma forma de transição para o meio aberto.

Vive sozinho no sistema socioeducativo e se refere a ele como se o próprio sistema desse conta das coisas e das pessoas que dele dependem. No atendimento oferecido refere, “*a única coisa boa é a escola. Já to lendo meu nome dona, na rua eu não ia estuda [...] a dona [monitora] ta achando um trabalho pra mim, numa oficina, eu começo ajudando, ai ela consegue um curso (A2)*”.

Destaca a rotina de estudo e trabalho no sistema, vê aí uma oportunidade. Assim, as entrevistas tornaram possível captar a significação de ser adolescente no em-meio-a-medida-socioeducativa, mais uma etapa na sua historicidade, o qual se mantém ocupado.

Percebe-se que esse modo de ser *junto-aos-outros*, envolvido no dia-dia do sistema socioeducativo, retira-lhes a possibilidade mais própria do ser, absorvido pela rotina do sistema. Ser-adolescente e estar-cumprindo a medida socioeducativa é só mais um modo de ser do impessoal. No modo de ser *impessoal*, “*todo mundo é outro e ninguém é si próprio*”. Na *impessoalidade*, divertimo-nos, entretemo-nos, lemos, julgamos, nivelamos a *medianeidade* o que é *conveniente*. A medianeidade promove o que se pode e deve fazer (HEIDEGGER, 2008).

Assim, a vivência no sistema socioeducativo poderá ser a referência necessária a uma possível (re)modificação da condição de adolescente-sendo

infrator para o ser-adolescente-de-possibilidades, ou ainda do enfrentamento do sistema socioeducativo poderá perder-se no “eles” e abarcar não sendo si mesmo. Então, no modo de ser cotidiano, o adolescente sendo infrator que cumpre a MSE não é “si mesmo”. A padronização se impõe ou lhe é imposta. A padronização de todas as suas possibilidades do ser exclui a presença de sua própria responsabilidade (HEIDEGGER, 2008).

Exprime uma *impessoalidade* na maneira que se apresentam no dia-a-dia: como a gente e não como seu próprio eu. Ocorre, assim, uma perda de personalidade das pessoas (HEIDEGGER, 2008). Portanto, no *cotidiano e ocupado*, o modo de ser que absorve a pre-sença caracteriza-se no *impessoal*.

b) A decadência do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa

O adolescente sendo no *impessoal da inautenticidade* assume um modo especial de ser no mundo. Sendo infrator em MSE em unidade de atendimento da FASE, ele aposta na convivência. Afinal não somos itens “sem mundo” no interior do mundo (HEIDEGGER, 2008), mas locais nos quais o mundo se revela, mostra para cada um de nós de acordo com nossos idiossincráticos vieses e ângulos de interpretação. Somos essencialmente *dotados de mundo*: seres no mundo e não seres do mundo.

Heidegger (2008) traz também o conceito de facticidade, referindo-se a tudo que vivemos do nascimento até a morte e do qual não se pode escapar, aquilo sobre o qual fomos lançados. Distinto a isso, a decadência se detém ao momento vivido, interpreta a si mesmo em função do mundo do qual decai e permanece lançada, onde o seu vivido permanece com ele, mas não é levado em conta no “agora”. Diferente do sentido original decair aqui, não significa cair em ruína ou sofrer queda; a decadência aqui tem o empenho na convivência com os - outros, com aqueles que passam a conviver em sua cotidianidade.

Em meio a essa cotidianidade, está lançado na facticidade das características comuns da adolescência, ou seja, não se assume na singularidade de estar adolescente, mas na identidade de adolescente. Lançado no complexo mundo do sistema socioeducativo, (não) mostra-se em suas atitudes: não se assume na singularidade de estar adolescente. Sequer fala sobre essa condição; mantém o

silêncio impresso e expresso na sua historicidade. Essa facticidade está marcada pela medida socioeducativa em um sistema.

Essa adaptação ao sistema socioeducativo, demonstrada pelos adolescentes, parece vir ao encontro do pensamento de Heidegger – “a cotidianidade se contenta com o habitual, mesmo quando ele é opressivo” (INWOOD, 2002, p.25). Assim, sendo, a MSE como uma determinação judicial, a exigência pelo convívio lhe é imposta, a rotina lhe absorve e o cotidiano do sistema, mesmo diante de resistências, passa a lhe ser habitual.

Assim, o adolescente, absorvido pelo cotidiano do sistema, de-cai nesse mundo, tornando-se inautêntico, inautenticidade em que, na maior parte das vezes, todos nós de-caímos na facticidade da vida. A convivência com os outros não nos permite ser autênticos; é preciso nos empenhar no com-viver.

Dominado por regras e normas próprias do sistema, a adolescência em sua plenitude não pode ser exercida, não há espaço. O *espaço nem está no sujeito nem o mundo está no espaço*. Ao contrário, o espaço está no mundo na medida em que o ser-no-mundo constitutivo da presença já descobriu sempre um espaço (HEIDEGGER, 2008). Essa espacialidade indica o contexto em que de fato uma presença vive. Ela não apenas é e está no mundo, mas também se relaciona com o mundo (HEIDEGGER, 2008).

Dessa forma, a *pre-sença está-lançada* naquilo que está determinado e do qual ela permanece lançada. *Estar-lançado*, aqui, deve indicar a decadência, que constitui justamente um modo especial de *ser-no-mundo* em que é totalmente absorvido pelo *mundo* e pela co-presença dos outros no impessoal. *De-cair no mundo* indica o *empenho na convivência*, na medida em que esta é conduzida pela tríade que marca a queda na inautenticidade, o falatório, a curiosidade e ambiguidade.

Revelando as características de queda na impessoalidade, quando diz e passa adiante, que “*tem que paga*” (falatório), rompe laços de afeto como uma forma de romper com o mundo lá fora (curiosidade), mas, se tiver a oportunidade, foge, traz drogas para a instituição e pode cometer novos delitos durante o cumprimento dessa medida (ambiguidade). De-cair no mundo do sistema socioeducativo parece ser o modo de ser mais próprio, a ocupação já é o que é, com base numa familiaridade com o mundo (HEIDEGGER, 2008). É nesse mundo circundante, em-

meio às ocupações cotidianas do sistema socioeducativo, que vai encontrar o instrumento manual em seu *ser-em-sí*.

Dessa forma, o adolescente sendo-em-meio-ao-sistema-socioeducativo é tomado pela inautenticidade do impessoal (HEIDEGGER, 2008). Se refere ao domínio dos outros sobre a sua vida, os outros que são “co-presenças” em sua cotidianidade. O prefixo “co” na presença é usado para situar uma noção de valor na relação vivenciada. No caso desse adolescente, cumprir a medida é uma determinação do juizado da infância e da juventude, restringindo sua liberdade, onde o convívio-com-os-outros no sistema é uma condição que ele não pode escolher. Afinal, *empenhar-se na convivência* é preciso.

O sistema socioeducativo produz regras e normas próprias, que são assimiladas por todos nesse modo de ser da ocupação, pois, falando e tomando conhecimento do que já foi dito, os adolescentes repetem atitudes, criando um padrão de comportamento a ser seguido que não deve ser questionado, apenas repetido, o que só faz rebaixar o ser-no-mundo, conforme Heidegger (2008), caracterizando a ambiguidade.

O adolescente sendo-infrator vive em-meio-ao-sistema socioeducativo, onde tem que seguir regras e normas institucionais rígidas, revela uma cotidianidade difícil, “[...] *na sala de triagem levei um tapão, não sei nem porque, ele (monitor) diz: olha rapaiz tem que toma é de tapa na cara, mais eu nem sei é a primeira vez que eu to botando os pés dentro de uma cadeia*” (A8). Segue um padrão de conduta estabelecida entre-eles “como” forma de viver seu dia-dia e pode sair em passeio familiar nos finais de semana. Para tanto, é apresentando comportamento adequado com vistas à avaliação da equipe técnica que ele acha o “como” descobrir essa possibilidade.

Dessa forma, o adolescente se adapta a essa nova situação, pois cai na cotidianidade do sistema, tornando-se “mais um” nesse em-meio-a-medida-socioeducativa. Essa adaptação tem relação com a sua ocupação, com as coisas do sistema socioeducativo, pois são essas coisas que lhe estão mais próximas nesse momento constitutivo da sua vida e é se ocupando delas que a adaptação acontece.

Seguir as normas de conduta estabelecidas entre-os-adolescentes pode ajudar na convivência no sistema. Do contrário, sofre ameaças e pode ser agredido, não tem amigos no sistema, “fica de canto”, mas se provocado ele reage. A característica de comunidade da semiliberdade propicia esses enfrentamentos. O

adolescente *mostra-se sozinho na convivência do impessoal* no cotidiano da MSE, a *co-presença* dos outros tem a capacidade deficiente de estar, podendo mesmo entre muitos, “*estar - só*”.

Porém, para, Heidegger (2008), a compreensão mediana do leitor nunca poderá distinguir o que foi haurido e conquistado originariamente do que não passa de mera repetição. Assim, a repetição dos relatos que aparecem nas entrevistas ao leitor pode parecer uma mera repetição, mas foi *estando-com-ele* que percebi o quanto ele se empenha no convívio junto “ao mundo” do sistema socioeducativo. É o desejo ansioso de se *atualizar* sobre o que já se diz e o que se acredita estar acontecendo. Ele degenera em *curiosidade* que se caracteriza por uma constituição fundamental da visão na cotidianidade, que se mostra numa tendência ontológica para ver (HEIDEGGER, 2008).

Usamos, no entanto, essa palavra “ver” também para os demais sentidos (vê o calor do sol, vê como está frio hoje, viu que cheiro bom) quando neles nos empenhamos em conhecer. Esse ver não cuida em apreender nem ser e estar na verdade, através do saber, mas sim da possibilidade de abandonar-se ao mundo. Assim, graças ao falatório e à curiosidade, aprendemos a nos ocupar com coisas das quais “qualquer um vai poder dizer o qualquer coisa”, levando-nos à terceira forma de inautenticidade, que Heidegger chama de *ambigüidade*. Sendo assim, o falatório e a curiosidade em sua *ambigüidade* cuidam para que as novas e genuínas criações já estejam antiquadas quando chegam ao público (HEIDEGGER, 2008).

A curiosidade produz dois momentos constitutivos, que são a impermanência no mundo circundante das ocupações e a dispersão em novas possibilidades. Ambas fundam a terceira característica essencial desse fenômeno, que é chamado de desamparo. Ao ouvir atentivamente as entrevistas, no vivido do *estar-com*, “vi” que seu relato descreve um mundo em que tem que se adaptar, pois hoje esse “mundo” também lhe pertence, conhece as regras e as normas institucionais, mas precisa seguir as normas de conduta estabelecida entre-os-outros-adolescentes, o que é difícil, mas diz que “tem que pagar”.

O cenário da medida socioeducativa apresentado nas entrevistas parece fornecer um roteiro, em que todos representam o mesmo papel, decoram o mesmo texto, sendo absorvidos por um sistema que lhes retira as origens, caracterizando o desamparo (HEIDEGGER,2008). “[...] o cara deve tem que paga” (A7), “[...] aposto

que se fosse um filho de, um filho de papai que tivesse dinheiro, eles iam correr atrás e não ia te ser preso”(A1).

Esse novo modo de ser da presença no mundo cotidiano, para é quando ela se encontra totalmente desenraizada (HEIDEGGER 2008). Nesse desenraizamento, gerado pelos modos de ser no falatório e na curiosidade, desenvolve-se a ambiguidade, em que cotidianamente tudo e, no fundo, nada acontece. A ambiguidade, para Heidegger (2008), é vista como um modo de ser da abertura do ser no mundo que também domina inteiramente a convivência cotidiana. No pensar de Heidegger (2008), no falatório e na curiosidade tudo parece ter sido compreendido, captado e discutido autenticamente, quando, na verdade não o foi. A ambiguidade como modo de ser oferece à curiosidade o que ela busca e ao falatório a aparência de que nele tudo se decide.

Esse modo fundamental de ser da cotidianidade, resultante da tríade falatório-curiosidade-ambiguidade, caracteriza-se, na maior parte das vezes, por perder-se na publicidade do impessoal. Esse movimento é percebido junto aos adolescentes, que se empenham no convívio mais próprio junto ao sistema socioeducativo, desfazendo-se inclusive de laços de afeto – [...] *eu tinha namorada até cai preso; depois eu não quis mais* [...]. Também revelam o em-meio, onde a medida socioeducativa é sempre o pano de fundo no em meio a sua representação pública.

O esclarecimento do ser-no-mundo mostrou que, de início, um mero sujeito não “é” e nunca é dado sem mundo. Da mesma maneira, também, de início, não é dado um eu isolado sem os outros (HEIDEGGER, 2008). O convívio com outros adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de semiliberdade, no pensamento Heideggeriano, permite ao adolescente ser-em-meio-deles e com-eles. Assim, por sua integração, instalam-se a identidade e a diferença no ser.

Esse modo de ser predominante, em que a pre-sença, enquanto convivência cotidiana, está sob a tutela dos outros, esse cotidiano da impessoalidade “vigia e controla toda e qualquer exceção que venha impor-se”, nivelando todas as possibilidades. Essa prescrição de modo de ser “retira a responsabilidade de cada pre-sença”, denotando, por isso, a inautenticidade (HEIDEGGER, 2008).

O ser-no-mundo já é sempre numa de-cadência. Pode-se, portanto, determinar a cotidianidade mediana da presença como ser-no-mundo aberta na de-

cadência. Lançado, se projeta e, em seu ser junto ao *mundo* em seu *ser-ai-com* os outros, está em jogo o seu poder-ser mais próprio (HEIDEGGER, 2008).

c) O ser-ai-com do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa

A espacialidade desse ser-em apresenta, porém, os caracteres de distanciamento (proximidade) e direcionamento (HEIDEGGER, 2008). Distanciar diz desfazer desaparecer o distante, isto é, a distância de alguma coisa, diz proximidade. “*O cara fica com saudade de casa, da mãe do cara (olhos lacrimejantes) [...] quando eu lembro de casa é pior, aiiiiii, bãe se eu lembro deles eu não consigo (choro). [...] Mais a mãe sempre vem, é guerrera dona*” (A2). Em sua essência, a pre-sença é essa possibilidade de distanciar. Como ente que é, sempre faz com que os entes venham à proximidade (HEIDEGGER, 2008).

Da família, destaca a mãe como um membro especial na sua história, aquela que, mesmo no sistema socioeducativo, está sempre presente, preocupa-se com ele, vive com ela e com os irmãos. O pai ou já morreu ou foi embora quando ele era muito pequeno, nem chegou a conhecer.

Lamenta a morte de pai, mãe e amigos. Heidegger (2008) se refere à morte revelando que “a morte, que é essencialmente minha, é convertida em um acontecimento público que atinge o impessoal”, o que é uma prática comum em meio a determinadas culturas como a nossa, onde os velórios são divulgados nos meios de comunicação, publicitando o falecimento do ente. No pensamento de Heidegger, quando lamentamos a morte, é porque o falecido abandonou nosso “mundo” e o deixou para trás, e é sempre relativamente a esse mundo que lamentamos. Isso foi percebido na lamentação do adolescente que, simplesmente, lembrou-se das suas perdas e comentou-as como se tivesse sido abandonado.

Heidegger (2008) diz que a *historicidade* elementar da presença pode permanecer escondida para ela mesma, mas pode também ser descoberta e se tornar objeto de um cuidado especial. Quando fala da casa, da namorada e dos amigos, o adolescente revela-se sendo-com-os-outros: “*vai pra casa todo fim de semana, [...] eu não queria ta aqui, se fosse por mim eu tava em casa, não tava aqui (silencio) eu tinha meus amigo né desde pequeno [...]*”.

A medida de semiliberdade propõe uma retomada na sua história de vida que foi modificada, propõe uma volta ao seu mundo mais próprio para além do sistema, sair do *em-meio* e partir para o *com-os-outros-no-mundo*, “*antes disso eu não tinha contato com a minha mãe né dona, ai as dona foram falando lá com a minha prima lá e, e ai quando vê arrumaram pra mim i mora com a minha prima, pra sai em atividade (passeios de final de semana) e mora com ela [...] daí lá na minha tia eu fiquei uns sete mês [...]*”.

Nesse sentido, as peculiaridades da existência como clarificação do ser podem ser todas capturadas, sugere Heidegger, por uma única palavra: “cuidado” (*sorge*). Assim, podemos nos referir ao mundo como aquilo a que dedicamos cuidado, e a nós como aquilo que dedica cuidado ao mundo. Sendo assim, dividimo-nos entre o ter cuidado por (que pesa sobre nós como uma carga do passado) e o *tomar* cuidado com (em relação às possibilidades que projetamos no futuro), *eu quero sai e trabalha minha mãe já sofreu muito [...] aqui eu to indo na aula, lá fora capaz que eu tava indo [...] que eu quero cumpri a minha né dona, sai daqui arruma um trampo e ajuda minha mãe*” (A1),

Ao tomar o cuidado para si, ele pode, revelar-se ser-em-possibilidades, ouvindo sua consciência, sua própria voz, cujo próprio silêncio, como Heidegger diz, pode evocar-nos a “possibilidade de um outro modo de *ouvir*”. A consciência é nosso próprio eu autêntico chamando a si mesmo de fora do próprio impessoal, ela é o “chamado do cuidado” *mostrando-nos a incompletude de nosso ser-no-mundo*.

No cotidiano da *ocupação* ele passa a ter um querer tranqüilo, um simples querer. Se refere a uma tranquilidade que toma conta do ser, impedindo que vislumbre as possibilidades de poder-ser-em-possibilidades. Entretanto, essa tranquilidade não o extingue do *desejar*. Nesse sentido, a medida socioeducativa pode servir para produzir o “outro começo” para esse adolescente que, modificado, de-caiu no impessoal, na mundaneidade do sistema socioeducativo, mas não se desfez de suas possibilidades; só precisa des-cobri-las.

O adolescente faz planos, quer estudar, trabalhar para ajudar a mãe e criar o filho, “[...] *vou arruma um trampo pra mim e me acomoda, a minha mãe já sofreu muito dona [...] aqui o cara sai, vai pro colégio, pro curso, vai todo fim de semana pra casa [...]*”. Diz que precisa de ajuda e que a instituição o ajuda se ele quiser, revelando um poder-ser-no-mundo. Talvez a MSE possa abrir para essa possibilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão que emerge deste estudo possibilitou a inserção no mundo do sistema socioeducativo. A reflexão resultante dessa inserção subjetiva mostrou as especificidades de ser adolescente e estar cumprindo MSE. Perceber a singularidade desse ser-adolescente mostrou-se uma forma de aproximação a esse modo de o adolescente *ser lançado* no mundo do sistema socioeducativo. Esse modo de *ser junto-aos-outros*, envolvido no dia-dia do sistema socioeducativo, retira-lhe a possibilidade mais própria do ser, absorvido pela rotina do sistema refletida em seus modos de ser peculiar ao sistema que se apresenta a ele como prisão.

É com as coisas desse sistema que ele se ocupa. O adolescente revela-se *sendo-com-os-outros*, mostra-se no *movimento* entre ser adolescente e estar adolescente infrator. Suspendendo suas *possibilidades* planeja um futuro, quando diz que quer ajudar a mãe e cuidar do filho, mas reconhece que precisa de ajuda para fazer isso, quer sair e trabalhar. Na rua não estudava, e o estudo parece não ser um atrativo. Talvez as metodologias oferecidas na FASE e na comunidade devessem ser re-avaliadas, gerando interesses até então desconhecidos.

A figura materna em sua vida ganha destaque. Os demais vínculos existem, mas se apresentam frágeis, exigindo intervenção institucional para a retomada, o fortalecimento ou até mesmo a criação dos vínculos de afeto e familiar. Destacou-se não só a rede de apoio primária referente à sua família, amigos e comunidade, como também a rede secundária referente ao acesso aos serviços de saúde, ao trabalho, ao estudo e ao lazer. Nesse sentido, visualiza-se a necessidade de fortalecimento de tais redes de apoio, especialmente a rede social primária, com foco na familiar. Podendo a mesma ser pautada em um trabalho multiprofissional e interdisciplinar.

Diante do que foi *des-coberto*, dominada por regras e normas próprias do Sistema, a adolescência em sua plenitude não pode ser exercida. Dessa forma, a *pre-sença esta-lançada* naquilo que está determinado e no qual ela permanece lançada. *Estar-lançado*, aqui, deve indicar a *decadência*, que constitui justamente um modo especial de *ser-no-mundo* em que é totalmente absorvido pelo *mundo* e pela *co-presença* dos outros no *impessoal*.

Compreendemos que esse modo de ser remete à necessidade de desenvolver um cuidado pautado na subjetividade, buscando nas ações socioeducativas na instituição, a valorização de um espaço de escuta e de possibilidades para o adolescente se mostrar como ele mesmo.

Nesse sentido, cada *encontro com o ser-adolescente* que acontece no cenário institucional poderá ser de modo individual ou grupal. O individual pautado na construção de uma relação de confiança e de cumplicidade, a qual possibilite que os adolescentes exponham suas dificuldades no cuidar da saúde, seus sentimentos e possibilidades. Essa escuta pode garantir um momento particular entre o ser-adolescente e o profissional, para que ele tenha possibilidade de falar por si e ter segurança do sigilo daquilo que não quer que outros saibam. Ouvi-los no que se refere ao vivido e as vivências nesse ambiente. Esse espaço poderá ser no atendimento técnico especializado, nos grupos terapêuticos, durante o aconselhamento e nas consultas de Enfermagem.

Dessa forma, poder-se-á estar contribuindo no que diz respeito à assistência, levando em conta as características de adolescentes e suas necessidades especiais de saúde, desenvolvendo a compreensão de o que é e para que serve a medida socioeducativa. No sentido de, devolver aos adolescentes as possibilidades de escolhas mediadas por oportunidades oferecidas pela instituição e por uma rede de apoio social.

Nas ações de saúde, destacam-se as direcionadas à saúde mental, considerando o sofrimento gerado pela restrição de liberdade aliado ao comprometimento com o uso de drogas.

Nesse sentido, a educação em saúde pode contribuir para a prevenção, promoção, recuperação, manutenção e proteção da saúde. A prevenção tange especialmente à sua reinserção no sistema socioeducativo e à recaída no uso de drogas. A promoção da saúde pode ser feita por meio de grupos de apoio que ampliem a discussão para além da instituição propriamente dita com temáticas de valor à vida, entre outras.

A recuperação da saúde dos adolescentes comprometidos pelo uso de drogas pode ser realizada por meio de estratégias que resgatem as possibilidades de tratamento e ajudem-nos a comprometer-se com o cuidado de si. A manutenção da saúde pode ser feita por meio do acompanhamento terapêutico, que podem ser

individuais ou em grupos, com os pares ou em uma escuta integrada entre diferentes profissionais da saúde e de outras áreas (equipe técnica).

A proteção da saúde refere-se à garantia dos direitos desses adolescentes referendados pelo ECA e pelo SINASE, os quais têm como principal enfoque o adolescente como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, respeito à diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual, garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência e em sofrimento psíquico. Soma-se a afirmação da natureza pedagógica e sancionatória da medida socioeducativa, com primazia de medidas socioeducativas em meio aberto e reordenamento das unidades mediante parâmetros pedagógicos e arquitetônicos.

A rede de apoio social, precisa estar preparada para receber esse ser adolescente que foi afastado das drogas e da família, compulsoriamente, e por vezes não consegue aceitar e manter o controle, chegando a tornar-se agressivo, gerando riscos para si e para os outros, exigindo uma atenção especializada.

Inclui-se nessa rede a família, que também se mostra com necessidade de ajuda. Perpassa ver cada membro em sua singularidade, ouvir e compreender suas vivências em meio ao sistema socioeducativo, no qual está inserido um de seus membros. Ter flexibilidade de acesso ao cenário institucional no sentido de fortalecer os laços afetivos, sendo uma possibilidade de o ser-adolescente sendo infrator inserido no cotidiano institucional se mostrar como ele é, seu *ser-em-si mesmo*.

Na dimensão do ensino, incorporar capacitação, não só à formação dos profissionais de saúde como também à educação permanente dos profissionais em exercício. É necessário ter-se como foco a relevância do cuidado a esses adolescentes, os quais, na maior parte das vezes, são usuários de drogas. Desenvolver e manter vínculos, por meio de parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão e incluir os futuros profissionais em campo poderá ser um caminho. O comprometimento compartilhado entre os campos do ensino, pesquisa e assistência potencializa a construção de estratégias de cuidado em saúde diante das demandas do cotidiano do ser-adolescente que cumpre a medida socioeducativa e da prática assistencial.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 81-90, 2005.

BARGUIL, P.M; LEITE, R.C.M. Voltemos às próprias coisas: o convite da fenomenologia. In: BARRETO, J.A.E.; MOREIRA, R.V.O. **Imaginando erros Escritos de filosofia da ciência**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 2001. p. 79-111.

BOEMER, MR. A condução de estudos segundo a metodologia de investigação fenomenológica. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v. 2, n. 1, p. 83-94, jan. 1994.

BRANCO, B. M.; WAGNER, A. Os adolescentes infratores e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 557-566, 2009.

BRANCO, B.M; WAGNER, A; DEMARCHI, K.A. Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n.1, p.125-132, 2008.

BRASIL. **Constituição**. Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sulina, 1996.

_____. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069 de 13 de Julho de 1990. 2. ed. atualiz. Brasília, Ministério da Saúde, 2005a. 114 p. (Série E. Legislação da Saúde-MS).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005c.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. SINASE. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente 2006. Disponível em: < www.planalto.gov.br/sedh/> Acesso em: 10 agost.

_____. UNICEF. **Relatório da Situação da Adolescência Brasileira**. BRASÍLIA, 2002.

CAPALBO, C. **Fenomenologia e ciências humanas**. 3.ed. Londrina: UEL, 1996.

CARMO, D.R.P. **Sistematização da Consulta de Enfermagem em Unidade de Atendimento da FEBEM utilizando como referencial a teoria de Enfermagem Humanística**. 2001. Monografia (Especialização em Projetos Assistenciais de Enfermagem Espensul) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

CARVALHO, A.S. **Metodologia da entrevista**: uma abordagem fenomenológica. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

CASTRO, A.L.S.; GUARESCHI, P. Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual. **Psicologia e Sociedade**; v. 20, n.2, p. 200-207, 2008.

COSTA, C.R.B.S.F. É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto sócio-educativo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 2, 2005.

DELL'AGLIO, D.D; SANTOS, S.S; BORGES, J. L. Infração juvenil feminina: trajetória de abandonos. **Interação em Psicologia**, v.2, n. 8, p.191-198, jul/dez.2004.

ERIKSON, E.H. **Infância e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 322 p.

_____. **O ciclo de vida completo**. (versão ampliada) Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 111p.

FASE. **Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul/Porto Alegre**. Disponível em < <http://www.fase.rs.gov.br/portal/index.php> > Acesso em: nov, 2009.

FEIJÓ, M.C.; ASSIS, S.G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, v.9, n.1, p. 157-156, 2004.

FERIGOLLO, M.; BARBOSA, F.S.; ARBO, E.; MALYSZ, A.S.; STEIN, A.T.; BARROS, H.M.T. Prevalência do consumo de drogas na FEBEM, Porto Alegre. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 26, p.1, p.10-6, 2004.

FILGUEIRA, C. H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In: CEPAL. **Seminario Vulnerabilidad. Santiago de Chile** : CEPAL, 2001.

FONTANELLA, B.J.B; RICAS, J; TURATO, E.R; Amostragem por saturação em pesquisa qualitativa em saúde: Contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 17-27, jan. 2008.

FORGHIERI, Y.C. **Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2001.

FRANCISCHINI I, R.; CAMPOS, H.R. Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 3, p. 267-273, set./dez. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, L; COSTA, J.B.; CAMINO, C. Conhecimento dos Direitos Humanos por adolescentes privados de liberdade: um estudo comparativo de duas instituições. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 3, p. 275-282, set/dez. 2005.

GARBARINO, J. Por que os adolescentes são violentos. **Ciências Saúde Coletiva**, v. 14, n.2, p. 533-538, 2009.

GUIMARÃES, C.F. et al. Perfil do usuário de crack e fatores relacionados à criminalidade em unidade de internação para desintoxicação no Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre (RS). **Rev. Psiquiatr**, v.30, n..2, p.101-108, ago. 2008.

HEIDEGGER, M. Ser e Tempo. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante Schuback. 3 ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2008. 598 p.

HEIM, J.; ANDRADE, A.G. Efeitos do uso o álcool e das drogas ilícitas no comportamento de adolescentes de risco: uma revisão das publicações científicas entre 1997 e 2007. **Revista de psiquiatria clínica**, São Paulo, v.35, suppl.1, 2008.

INWOOD, M. **Dicionário Heidegger**. (Dicionário de Filósofos). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 239 p.

LARANJEIRA, C.A. A análise psicossocial do jovem delinqüente: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 221-227, maio/ago. 2007.

MACRAE, E. Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualístico. In: SEIBEL,S.D; JR, A.T. **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001.

MAIA, M.C.G. Instâncias de **subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores**. 2006. 265f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: UFF, 2006.

MARTINS, J; BICUDO, M.A.V. **Pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Editora Moraes, 1994.

MARTINS, M.C.; PILLON, S.C. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, p.1112-1120, mai. 2008.

MOREIRA, D.A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOREIRA, R.V.O., BARRETO, T.A.E., MACHADO, R.C.C., ANDRADE, T.P.P. A reconstrução da metafísica através do método fenomenológico. IN: BARRETO, J.A.E; MOREIRA, R.V.O. **O elefante e os cegos**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1999.

ONU. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre o direito das crianças. 1989. Disponível em http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php. Acesso em: 10 nov.2009.

PACHECO, J.T.B; HUTZ, C.S. Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 213-219, abr-jun. 2009.

PADOIN, S.M.M. **O cotidiano da mulher com HIV/aids diante da (im)possibilidade de amamentar**: um estudo na perspectiva heideggeriana. 2006. 203 f. Tese (Doutorado) Escola de Enfermagem Anna Nery, Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PATERSON, Josephine, ZDERAD, Loreta. **Enfermería Humanística**. Tradução de Humanistic Nursing. Tradução por Geraldina Ramos Herrera. México: Limusa, 1979.

PAULA, C.C. **Ser-adolescendo que tem aids**: cotidiano e possibilidades de cuidado de si. Contribuições da Enfermagem no cuidar em saúde. Tese (Doutorado em Enfermagem). Rio de Janeiro: UFRJ/ EEAN, 2008.

PEMSEIS. **Programa de execução de medidas sócio-educativas de internação e semiliberdade do Rio Grande do Sul** (PEMSEIS). FASE. Porto Alegre/ RS, 2000.

PEMSEIS. **Programa de execução de medidas sócio-educativas de internação e semiliberdade do Rio Grande do Sul** (PEMSEIS). Dados Preliminares. FASE. Porto Alegre/ RS, 2009.

PENSO, M. A.; SUDBRACK, M.F. Envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidades para lidar com o papel de filho parental. *Psicologia, USP*, v.15, n. 3, p. 29-54, 2004.

PHEBO, L.; MOURA, A. T. M. S. Violência urbana: um desafio para o pediatra. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5(supl), 2005.

RAMOS, F. Bases para uma re-significação do trabalho de enfermagem junto ao adolescente. In: RAMOS, F. **Projeto Acolher**: Um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro. Brasília: ABEN/Governo Federal, 2001.

RÉE, J. **Heidegger História e verdade em Ser e Tempo**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques e Karen Volobuef. São Paulo: UNESP, 2000.

SARAIVA, J.B.C. **Adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas sócio-educativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

SCHENKER, M; MINAYO, M.C.S. Fatores de risco e proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciênc Saúde Coletiva**. v. 10, n.3, p.707-17, 2005.

SINASE. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento SócioEducativo (SINASE)**. Brasília, junho, 2006.

SILVA, V.F. **Perdeu, passa tudo**: a vida de adolescente sob-medida sócio-educativa de internação – Reinserção social ou reforço da exclusão. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

SILVA, L.F., GURGEL, A.H., CARVALHO, Z.M.F., MOREIRA, R.V.O. Cuidado como essência humana em Martin Heidegger e a enfermagem. IN: BARRETO, J.A.E ; MOREIRA, R.V.O. **A outra margem**: filosofia, teorias de enfermagem e cuidado humano. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 2001.

SILVA, M.D.F.D.T; FARIAS, M.A; SILVARES, E.F.M. Adversidade Familiar e problemas comportamentais entre adolescentes infratores e não infratores. **Psicol.estud**, v. 13, n. 4, p.791-798, out/dez. 2008.

SIMÕES, S.M.F.; SOUZA, Í.E.O. O método fenomenológico heideggeriano como possibilidade na pesquisa em enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 50-56, set./dez. 1997a.

_____. Um caminhar na aproximação da entrevista fenomenológica. **Rev. Latino-am. Enf.**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, p. 13-17, jul. 1997b.

TERRA, M.G. et al.. Na trilha da fenomenologia: um caminho para a pesquisa em enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, v. 5, n.4, p.672-8, out/dez. 2006.

VALEIS, N. I Treinamento em pesquisa clínica do PROTOC – Ipq – HCFMUSP – Núcleo de apoio à Pesquisa Clínica – TCLE. São Paulo: USP, 2006. Disponível em < www.protoc.incubadora.fapesp.br >. Acesso em: 28 out. 2008.

VITALLE, M.S.S; MEDEIROS, E.H.G.R. O adolescente. In: PUCCINI, R.F; HILÁRIO, O.E. **Semiologia da criança e do adolescente**. Departamento de Pediatria da Universidade Federal de São Paulo: GUANABARA/KOOGAN, 2008.

VOLPI, M. Adolescência como oportunidade. **Saber Viver**: Profissional de Saúde. Governo Federal: Programa Nacional DST e AIDS, 2004.

VOLPI, M.; SARAIVA, J.B.C. **Os adolescentes e a lei**: para entender o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização. São José Costa Rica: ILANUD/ Comissão Européia, 1998.

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Responsável pela Instituição

Título do estudo: SER-ADOLESCENTE QUE ESTÁ CUMPRINDO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: COMPREENSÃO À LUZ DA FENOMENOLOGIA DE HEIDEGGER

Pesquisador(es) responsável(is): Dra. Stela Maris de Mello Padoin;

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria / Pós-graduação em Enfermagem / Curso de Mestrado.

Telefone para contato: Dilce Rejane Peres do Carmo - (55) 3512-6349; (55) 91472982.

Local da coleta de dados: Centro de Atendimento a Semiliberdade (CASEMI)

Seguem abaixo os esclarecimentos feitos por Dilce Rejane Peres do Carmo acerca da pesquisa “Ser-adolescente que está cumprindo medida sócio-educativa: compreensão à luz da fenomenologia de Heidegger”, que tem por o objetivo compreender a vivência do ser-adolescente que está cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade em acompanhamento no CASEMI, a fim de contribuir com o serviço em geral, trazendo informações acerca desse ser-adolescente, oportunizando a todos que interagem junto a ele compreender sua vivência e, assim, implementar os cuidados prestados institucionalmente.

A pesquisadora se comprometeu:

- a manter o anonimato da instituição e dos adolescentes participantes da pesquisa;
- em qualquer etapa do estudo, a fornecer acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas, bem como a possibilidade de retirar o consentimento de participação dos adolescentes da referida pesquisa;
- a não promover interferência institucional junto aos adolescentes ou mesmo da equipe, pois é fundamental que os adolescentes fiquem à vontade e não se sintam pressionados a participar do estudo;
- a deixar claro que a própria pesquisadora fará os convites e explicará a proposta aos sujeitos pesquisados, convidando-os a participar da pesquisa e esclarecendo sobre os possíveis riscos e benefícios do estudo, alertando que não são obrigados a participar;
- informar que haverá momentos em que deve ser disponibilizado local apropriado, pois serão realizadas entrevistas junto aos adolescentes participantes com o uso de gravador;
- a alertar para a possibilidade surgirem sentimentos e emoções por parte dos adolescentes durante ou depois da entrevista, pois a abordagem de questões pessoais e emocionais pode despertar esses sentimentos que mobilizem emoções (exemplos: raiva, angústia, medo), podendo ser necessário apoio funcional e terapêutico da instituição, lembrando que a pesquisadora informará tal situação para encaminhamento;

- a esclarecer que não há benefício direto para o participante, somente no final do estudo poderemos concluir a presença de algum benefício acerca da compreensão da vivência do ser-adolescente que está cumprindo medida socioeducativa;

- a esclarecer não haverá despesas para a instituição na participação da pesquisa e também não haverá compensação financeira relacionada à participação; se existir, qualquer despesa adicional será absorvida pelo orçamento da pesquisa;

- a utilizar o material coletado somente para esta pesquisa;

Eu, _____ acredito ter sido suficientemente esclarecido a respeito das informações que li. Assim, declaro que ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente na participação dos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa nesta unidade.

Santa Maria, ____ de _____ de 2008.

Assinatura do representante legal do sujeito da pesquisa

N. identidade

Eu, Dilce Rejane Peres do Carmo, declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do representante legal dos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade para a participação neste estudo.

Santa Maria, ____ de _____ de 2008.

Assinatura do responsável pelo estudo



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

ANEXO B - Termo de Assentimento

Título do estudo: SER-ADOLESCENTE QUE ESTÁ CUMPRINDO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: COMPREENSÃO À LUZ DA FENOMENOLOGIA DE HEIDEGGER

Pesquisador(es) responsável(is): Dra. Stela Maris de Mello Padoin;

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria / Pós-graduação em Enfermagem / Curso de Mestrado.

Telefone para contato: Dilce Rejane Peres do Carmo - (55) 3512-6349; (55) 91472982.

Local da coleta de dados: Centro de Atendimento a Semiliberdade (CASEMI)

Nome do adolescente: _____

Apresentação

Meu nome é Dilce Rejane Peres do Carmo. Sou enfermeira e no momento estou cursando o mestrado em enfermagem da UFSM. O objetivo deste curso é que os alunos desenvolvam uma pesquisa de importância para a sociedade. No caso, o meu estudo tem por objetivo compreender como que é para vocês, nessa fase da vida em que podiam estar namorando, jogando, sei lá, estarem aqui em medida socioeducativa. Compreendendo isso pode ser que a gente encontre meios de ajudá-lo a cumprir a medida socioeducativa e sair daqui para não voltar, está bom? Minha participação na pesquisa será como pesquisadora.

Questões éticas

Como vocês estão sob a guarda da instituição, seu responsável legal no momento é o diretor. Assim, foi necessário que ele autorizasse por escrito, assinando um termo de consentimento livre e esclarecido, a realização desta pesquisa. E ele também foi esclarecido do objetivo da proposta e que vocês são livres para escolher participar ou não do estudo. Nada vai mudar para você na instituição, participando ou não. Inclusive, você pode desistir de participar após ter aceitado.

Você não tem que estar nesta pesquisa. Ninguém estará desapontado com você se você disser não. A escolha é sua. Você pode pensar nisto e falar depois se você quiser. Você pode dizer "sim" agora e mudar de idéia depois e tudo continuará bem. Você pode pedir para falar comigo sempre que quiser.

Eu vou informá-lo como penso em realizar o trabalho. Pode haver algumas palavras que não entenda ou coisas que você quer que eu explique mais detalhadamente porque você ficou mais interessado ou preocupado. Por favor, peça que pare a qualquer momento e eu explicarei.

Sobre a pesquisa

Primeiro quero informá-lo que escolhi realizar a pesquisa junto a vocês aqui no CASEMI, por conhecer um pouco da realidade de vida de vocês, já que sou enfermeira há mais de dez anos na FASE e pretendo que haja contribuições na melhoria dos cuidados oferecidos aos adolescentes pela equipe em geral a partir dos resultados da pesquisa.

Para seu entendimento sobre como será desenvolvida a pesquisa, será feita uma entrevista num um lugar a ser escolhido, onde ninguém possa interferir. Em momento adequado e acordado com você, eu vou usar um gravador para depois eu escrever tudo que foi falado, tim, tim por tim, tim e, então, poder analisar, separando o que foi dito, repetido e até o que não foi dito, mas foi percebido, revelando aspectos de interesse para a pesquisa. Você vai poder falar o que quiser. Pode acontecer de você lembrar ou contar situações que não tenha falado até então, e isso pode gerar sentimentos (raiva, angústia, saudade, medo). Pode existir o desconforto em falar das coisas da instituição. Para isso é que existe este documento, para garantir que nada será repassado à direção ou a qualquer funcionário ou mesmo ao judiciário. Saiba que sempre haverá forma de lhe ajudar com os cuidados de enfermagem, psicologia e psiquiatria, se necessário.

Quanto ao sigilo e à confidencialidade, eu posso me comprometer que seremos apenas eu e minha orientadora da UFSM, a termos acesso ao material da pesquisa pois ela também é responsável pelo estudo. Somos as únicas a terem acesso e esses só serão usados para o objetivo da pesquisa, ou seja, aqui na instituição ninguém ficará sabendo o que conversamos. Saiba que as entrevistas só serão feitas com adolescentes entre os doze e os dezoito anos. Isso quer dizer que talvez nem todos vão participar e também se eu achar que está ok de entrevistas posso deixar de fazer outras, entendeu?

Quando terminarmos a pesquisa, eu sentarei com vocês, aqui no CASEMI, e falaremos sobre o que aprendemos com a pesquisa. Eu também lhe darei um papel com os resultados por escrito. Depois, será falado com mais pessoas, cientistas e outros, sobre a pesquisa. Faremos isso escrevendo e compartilhando relatórios e indo para as reuniões com pessoas que estão interessadas no trabalho que fazemos.

Relacionado aos benefícios atribuídos à pesquisa, esclareço que diretamente você poderá não recebê-lo, porém digo que os resultados podem contribuir de forma importante para a melhoria dos cuidados junto ao adolescente sendo infrator que vir a cumprir a medida socioeducativa aqui no CASEMI. Deve ficar claro que você não será beneficiado institucionalmente por participar da pesquisa da mesma forma que não terá prejuízos na sua situação judicial se não participar.

Eu _____ entendi que a pesquisa é sobre: como é para mim ser adolescente sendo infrator e estar cumprindo medida socioeducativa aqui no CASEMI, que será feita uma entrevista pela enfermeira Dilce e que ela vai gravar tudo e com as informações vai tentar melhorar os cuidados com os adolescentes aqui no CASEMI. Ninguém vai saber que fui eu que falei e nem o que eu falei. Ela é quem vai guardar as entrevistas. No final da pesquisa, posso ter conhecimento dos resultados e o que será feito com eles.

Assinatura do adolescente: _____

Assinatura dos pais/responsáveis: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Dia/mês/ano: _____

O assentimento informado para a criança/adolescente não substitui a necessidade de consentimento informado dos pais ou guardião. O assentimento assinado pela criança/adolescente demonstra a sua cooperação na pesquisa. Nesse sentido, tem-se associado a esse o termo de consentimento livre e esclarecido do diretor da instituição e autorização da FASE.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

ANEXO C - Termo de Confidencialidade

Título do estudo: SER-ADOLESCENTE QUE ESTÁ CUMPRINDO MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Título do estudo: SER-ADOLESCENTE QUE ESTÁ CUMPRINDO MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: COMPREENSÃO À LUZ DA FENOMENOLOGIA DE HEIDEGGER

Pesquisador(es) responsável(is): Dra. Stela Maris de Mello Padoin;
Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria / Pós-graduação em Enfermagem / Curso de Mestrado.

Telefone para contato: Dilce Rejane Peres do Carmo - (55) 3512-6349; (55) 91472982.

Local da coleta de dados: Centro de Atendimento a Semiliberdade (CASEMI)

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade, cujo encontro para produção do material empírico para análise será desenvolvido por meio de entrevistas gravadas, no Centro de Atendimento a Semiliberdade de Santa Maria, uma unidade da Fundação de Atendimento SocioEducativa (FASE). Concordam igualmente que essas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas na sala 1305 do Departamento de Enfermagem, no Centro de Ciências da Saúde (prédio 26) no Campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), núcleo de pesquisa do Grupo de Pesquisa Cuidado à Saúde das pessoas, saúde e sociedade, cadastrado no CNPq, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da coordenadora principal deste projeto, Dra. Stela Maris de Mello Padoin. Após esse período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em 06/03/2009, com o número do CAEE 0300.0.243.000-08.

Santa Maria, 06, março de 2009.

Assinatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

ANEXO D - Autorização para o estudo